

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE HUMANIDADES

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMÁLIA BARBOSA BOEMEKE

**A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:
O BRASIL NA CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE INTERNACIONAL**

PORTO ALEGRE

2024

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

AMÁLIA BARBOSA BOEMEKE

**A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:
O BRASIL NA CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE INTERNACIONAL**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção de
Bacharel no curso de Relações Internacionais da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul

Orientador: João Henrique Salles Jung

Porto Alegre

2024

AMÁLIA BARBOSA BOEMEKE

**A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:
O BRASIL NA CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE INTERNACIONAL**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção de
bacharel no curso de Relações Internacionais da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul

Aprovada em: 26 de novembro de 2024

Prof. Dr. João Henrique Salles Jung - PUCRS

Prof. Dra. Cláudia Musa Fay - PUCRS

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka - PUCRS

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por preencherem a casa com livros e possibilidades, à coordenadora Teresa Cristina Schneider Marques, por criar o espaço para o curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul existir. Ao meu orientador João Henrique Salles Jung, por ser um grande incentivador desta pesquisa, por criticar e por acreditar na medida ideal. À professora Cláudia Musa Fay pelas curiosidades sobre a história do Brasil como ator internacional e por aceitar participar desse momento. Ao professor Emil Albert Sobottka por acompanhar o processo final do curso e por inspirar os estudos da América Latina. Aos meus colegas, Roberta Ravazolo e João Lucas Schellenberger pelas reuniões coletivas e apoio mútuo. À primeira turma de Relações Internacionais da PUCRS por todo companheirismo e por quatro anos de muita parceria e muito aprendizado.

RESUMO

O presente trabalho propõe como tema uma análise da Política Externa Brasileira (PEB) do governo de Fernando Henrique Cardoso, focando nas estratégias de inserção Sistema Internacional, através do movimento de ascensão do Sul Global e de um diálogo com os conceitos principais trabalhados pela Escola Inglesa de Relações Internacionais. Encaixando-se dessa forma, no grande campo da Política Externa dentro dos assuntos internacionais, será apresentada através de uma perspectiva mais nacionalista o Sistema Internacional e seus diversos atores, considerando as estratégias do governo da época. O objetivo desta pesquisa é complementar a literatura sobre as estratégias de inserção brasileira no cenário mundial, especialmente as voltadas aos países emergentes e as nações vizinhas. Serão utilizados, entre outros, documentos do Itamaraty, livros de Fernando Henrique Cardoso e dos autores da Escola para uma análise bibliográfica especializada, além de uma abordagem hipotético-dedutiva.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Governo Fernando Henrique Cardoso; Sul Global; Escola Inglesa

ABSTRACT

This paper proposes as its theme an analysis of Brazilian Foreign Policy during the government of Fernando Henrique Cardoso, focusing on the strategies for insertion into the International System, through the movement of the rise of the Global South and a dialogue with the main concepts worked by the English School of International Relations. Therefore, fitting within the broad field of Foreign Policy within international affairs, the International System and its various actors will be presented through a more nationalist perspective, considering the strategies of the government at the time. The objective of this research is to complement the literature on strategies for Brazilian insertion into the world scenario, especially those aimed at emerging countries and neighboring nations. Among others, documents from Itamaraty, books by Fernando Henrique Cardoso and authors of the School will be used for a specialized bibliographical analysis, in addition to a hypothetical-deductive approach.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Fernando Henrique Cardoso Government; Global South; English School

RESUMEN

El presente trabajo propone como tema un análisis de la Política Exterior Brasileña (PEB) del gobierno de Fernando Henrique Cardoso, centrándose en estrategias de inserción en el Sistema Internacional, a través del movimiento de ascenso del Sur Global y un diálogo con los principales conceptos trabajados por la Escuela Inglesa de Relaciones Internacionales. Encajando de esta manera, en el amplio campo de la Política Exterior dentro de los asuntos internacionales, se presentará el Sistema Internacional y sus diversos actores desde una perspectiva más nacionalista, considerando las estrategias del gobierno de la época. El objetivo de esta investigación es complementar la literatura sobre las estrategias de inserción brasileña en el escenario mundial, especialmente aquellas dirigidas a países emergentes y naciones vecinas. Se utilizarán, entre otros, documentos de Itamaraty, libros de Fernando Henrique Cardoso y autores de la Escuela para un análisis bibliográfico especializado, además de un abordaje hipotético-deductivo.

Palabras-clave: Política exterior brasileña; Gobierno de Fernando Henrique Cardoso; Sur Global; Escuela Inglesa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A ESCOLA INGLESA E A POSSIBILIDADE DA SOCIEDADE INTERNACIONAL	16
2.1. O CONTEXTO DA ESCOLA.....	17
2.2 PRINCIPAIS TEÓRICOS E CONCEITOS.....	18
2.3 APLICAÇÃO NO CENÁRIO MUNDIAL.....	23
3 NASCE UM MOVIMENTO COLETIVO: a união da periferia	30
3.1 HISTÓRICO DE COOPERAÇÃO E RESISTÊNCIA.....	30
3.2 A IDEIA DE SUL GLOBAL.....	33
3.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE VALORES.....	36
4 DA AUTONOMIA PELA PARTICIPAÇÃO À INTEGRAÇÃO REGIONAL	46
4.1 O MECANISMO DA DIPLOMACIA PRESIDENCIAL.....	47
4.2 MANUTENÇÃO DE ALIADOS E PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA.....	52
4.3 O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUL GLOBAL.....	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe como tema uma análise da Política Externa Brasileira (PEB) do governo de Fernando Henrique Cardoso, focando nas estratégias desse na inserção do Sistema Internacional, através do movimento de ascensão do Sul Global. Será apresentada a perspectiva brasileira, considerando as políticas de cunho liberal defendidas pelo governo da época. Centralizando, assim, no posicionamento diplomático do Brasil após o período da Guerra Fria e antes dos países emergentes tornarem-se prioridade na agenda mundial.

Sendo assim, a temática e o problema que guiaram essa pesquisa é a maneira com que a ascensão do Sul Global afetou a política externa de Fernando Henrique Cardoso. Considerando as estratégias do presidente e as influências desse movimento internacional de ascensão das economias emergentes, retratada no panorama brasileiro da virada do século. A hipótese é que a relevância das relações do Brasil com o Sul Global, principalmente a integração da América Latina, antecede os governos Lula e ajudaram a moldar a política externa brasileira do período pós Guerra Fria, criando espaço para o futuro protagonismo que a Cooperação Sul-Sul teria na agenda diplomática nacional do século XXI.

A proposta dá início com um contexto histórico situado no pós Segunda Guerra Mundial enfatizando a configuração institucional que ganhou espaço, através de organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e acordos internacionais. Ademais, ressalta-se que durante a bipolaridade da Guerra Fria, cria-se uma terceira discussão, conhecida como Movimento dos Não Alinhados, que repercute desde a Conferência de Bandung (1955). Logo, aborda outros momentos marcantes para os países emergentes, pois ajudaram a definir a posição destes no tabuleiro mundial, como a criação do Mercado Comum do Sul. A partir dessa breve linha do tempo podemos começar a traçar o pensamento de que os Estados, até então não tão considerados, têm o impacto de seus interesses na agenda mundial.

Será enfatizado o papel de algumas das instituições, que foram implementadas após a Segunda Guerra Mundial, como ferramentas de projeção e manutenção de poder pelos Estados e a maneira como o Brasil se comporta frente a essas estruturas. Serão incluídas as que o Estado Brasileiro participa, como o Mercosul e o G15, além de algumas estabelecidas por grandes potências, para manter a balança de poder, o Conselho de Segurança e o G7, por exemplo.

Seu desenvolvimento histórico parte do Movimento dos Não Alinhados da Conferência de Bandung, se aprofundando nos anos pós Segunda Guerra Mundial. O intuito da pesquisa é demonstrar o desenvolvimento diplomático brasileiro nessa época, apontando as continuidades e as novas aproximações do país, citando, inclusive, a importância do contexto regional com o fortalecimento do Mercosul, por exemplo.

A análise tratará de algumas entidades que surgem no século XX, como a própria ONU e o Conselho de Segurança, como um mecanismo de alcançar mais nações dentro dos padrões institucionais, mas mantendo o poder dos países centrais. Contando adicionalmente com a Conferência de Bandung (1955), para explicar o Movimento dos Não Alinhados, e o posicionamento brasileiro frente a um mundo com a nova configuração de poder. Ademais, serão contempladas ações regionais que levaram o Brasil a conquistar um caráter de liderança no continente.

Para esse estudo serão usadas, em sua maioria, as teses da Escola Inglesa de Relações Internacionais, especialmente a questão do da Sociedade Internacional trabalhada por Hedley Bull (2002). Além da teoria do pêndulo de Adam Watson (1992), enfatizando os termos de domínio e hegemonia. Em adição, serão colocadas as correntes de pensamento do realismo, racionalismo e revolucionismo trazidas por Wight (1991) para observar as transformações no cenário da época em sentido teórico.

Devemos considerar que essa não é uma Escola central dos estudos das Relações Internacionais, assim, um dos objetivos é enfatizar a sua importância para uma análise interdisciplinar, que combina uma seleção de fatos defendidos por diferentes teorias e dessa forma pode trazer uma visão original ao mesmo tempo que abarca temas clássicos.

Como comentado, os estudos priorizados serão dos autores Martin Wight (1913-1972), Hedley Bull (1932-1985) e Adam Watson (1914-2007). Alguns dos preceitos fundamentais trabalhados por eles são a consideração do pêndulo histórico de Watson; a teoria dos 3R's de Wight e o conceito de Sociedade Internacional, fundamentada por Bull.

É abordado que quando os Estados saem da dinâmica realista eles passam a aumentar a comunicação entre si e a cultura nacional torna-se a base para como uma população se comunica uma com a outra. Portanto, o campo da sociologia e da história são os que predominam aqui. Dessa forma, quanto mais valores e interesses comuns entre os países maior tende a ser sua cooperação. Nesta perspectiva, os seres humanos deveriam ser considerados animais sociais em constante interação. Dialogando claramente com o interesse desta monografia de demonstrar as capacidades e mudanças no cenário brasileiro durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente através das estratégias diplomáticas e da cooperação Sul-Sul.

O autor diferencia termos como o “Sistema Internacional”, fundamentado no realismo, a “Sociedade Internacional” conceituado pelo racionalismo e a “Sociedade Mundial” idealizada pelo revolucionismo. Tais pilares da Escola Inglesa podem facilmente ser aplicados à análise de política externa estatal e participa da explicação de ações diplomáticas tomadas por governos, considerando seus líderes, contextos e interesses. Ao decorrer da análise política aqui proposta, veremos como um Sistema Internacional pode se transformar e criar características de Sociedade Internacional, principalmente, ao agrupar países com pontos em comum, claramente um dos fatores que levou à execução da cooperação entre países emergentes.

Neste estudo, veremos o cenário mundial com uma perspectiva que constrói uma Sociedade Internacional, através de eventos como o Movimento dos Não Alinhados, criado durante a Conferência de Bandung de 1955, a aproximação de nações em desenvolvimento e, mais recentemente, da Cooperação Sul-Sul. Tudo isso contanto com o viés da política externa brasileira dos anos 90. A forma com a qual o Sistema Internacional impacta nas decisões domésticas estatais e como isso se projeta nas políticas governamentais das relações exteriores é essencial para o desenvolvimento dessa Sociedade Internacional.

Para o capítulo histórico e de análise da política externa de Fernando Henrique Cardoso, serão utilizadas as classificações de centro, semiperiferia e periferia, de Immanuel Wallerstein (1992), pensador do Sistema Mundo, que através da Divisão Internacional do Trabalho explica as inter-relações econômicas entre os atores do cenário. Com o intuito de facilitar a compreensão e a disposição dos países no cenário mundial, o que afeta diretamente a condução de suas políticas, internas e externas.

Historicamente, muitas das classificações estatais são baseadas em estatísticas econômicas, assim, os termos de Wallerstein possuem grande relevância quando consideramos os sistemas mundiais e suas dinâmicas. A professora Luciana Ballestrin (2020, p.2, tradução própria) confirma que “[...] a classificação do mundo considera o estágio de desenvolvimento econômico em direção à modernidade como o principal parâmetro”¹. Ao estudar as políticas externas dos agentes estatais, há de se considerar a força que essa técnica de hierarquizar o desenvolvimento dos agentes estatais tem na projeção desses.

O motivo pelo qual essa escola de pensamento foi selecionada para o desenvolvimento desta monografia é o perfil multilateral e diverso, que entrelaça ideais de teorias como o realismo, o racionalismo e o revolucionismo, permitindo um escopo de pesquisa amplo e multifacetado. Além dos estudos que acompanham o processo que transforma um Sistema em

¹ “[...] the classification of the world considers the stage of economic development towards modernity as the main parameter” (Ballestrin, p.2, 2020).

uma Sociedade no cenário internacional e das ideias de hegemonia, que podem ser aplicadas à capacidade brasileira na região sul-americana.

Então, o que entrelaça essa teoria das R.I. com o caso de estudo é a defesa que ela faz sobre o fato de que o foco das relações internacionais não deveria ser os Estados Soberanos, separadamente, mas sim, o conjunto de Estados e as relações entre eles. Por isso, podemos considerar a diplomacia e a política externa de países como fundamentais para compreender esse campo de estudo. Esses fatores tornam a escolha dessa teoria essencial para uma análise diferenciada da PEB do governo Fernando Henrique e as estratégias de Cooperação do Sul Global e integração regional que podem ser observadas.

O terceiro, e último, capítulo fica responsável pelo estudo do caso específico, nesta situação, a condução da diplomacia do governo FHC. A proposta é averiguar a importância que o governo anterior à Lula e posterior à redemocratização teve na forma com a qual o Brasil se inseriu no Sistema Internacional após a queda da bipolarização da Guerra Fria. A necessidade dessa parte do texto está em enfatizar como os interesses da época moldaram a política externa brasileira e afetaram o movimento dos países emergentes e a Cooperação Sul-Sul, que tomaram um espaço de grande prioridade nos governos seguintes.

A temática central compreende a história dessa política integracionista, autônoma e contínua, com aspectos multilaterais, que o Brasil adotou em um mundo no qual a polarização começava a se desmanchar e permitia novas alianças, agora que não se encontrava em uma configuração bipolar. Focando também nas estratégias usadas no período estudado para inserir mais fortemente o país no Sistema e na Sociedade Internacional. Adicionalmente, visa-se entender o impacto disso na construção do Sul global como ferramenta de projeção do perfil diplomático brasileiro e, inclusive, no seu papel de liderança regional, através da adoção das políticas liberais adotadas durante o governo analisado que o fizeram ganhar destaque na ordem econômica capitalista das potências ocidentais.

Assim, o recorte deste trabalho será fundamentado na análise da ascensão do Sul Global em um mundo institucionalizado, através da política externa e do papel do Brasil, durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, e em como isso afeta a posição brasileira no Sistema Internacional. A pesquisa traz um breve contexto histórico da temática dos países emergentes, que foi traçado a partir dos anos 50, considerando momentos de resistência à centralização de poder nas mesmas nações. Assim, é possível delinear uma linha de influência entre esses eventos do Sistema Internacional e as características da política externa do Brasil da época.

O delineamento de agentes será focado no Estado Brasileiro, articulando com as instituições e Estados relevantes para a diplomacia brasileira dos anos 90, especialmente, a valorização diplomática dos países que são considerados periféricos por grandes potências, com o intuito de demonstrar como algumas de suas pautas tornaram-se prioritárias na agenda mundial do século XXI. Além de apontar as estratégias usadas pelo Estado Brasileiro para dialogar entre ambos os campos, por exemplo, as negociações Mercosul-UE, mostrando a continuidade da parceria com nações ocidentais.

A pesquisa considerando a riqueza do ecletismo analítico teórico, que representa “[...] um meio para os cientistas sociais se protegerem contra os riscos da dependência excessiva de uma única estrutura analítica e das suposições simplificadoras que a acompanham”² (Sil; Katzenstein, 2010, p. 414, tradução própria). Por isso o contorno teórico será, em sua maioria, trabalhado através das lentes da Escola Inglesa de Relações Internacionais, no entanto, conceitos como “periferia, semiperiferia e centro”, retratados na teoria do Sistema Mundo, serão usados para facilitar a compreensão da pesquisa, mas não pertencem diretamente a proposta teórica.

Destaca-se que muitas vezes ao debater o papel do Brasil no movimento de países semiperiféricos, conceito popularizado por Wallerstein (1992) para classificar economias emergentes na periferia da geografia mundial, os mandatos Lula 1 e 2 recebem maior enfoque, a proposta aqui é analisar a década que antecede a criação do BRICS, da Unasul e de outras instituições que tornaram possível essa projeção em peso do sul global.

Um dos motivos da realização dessa pesquisa é dissertar sobre a Política Externa Brasileira do governo de Fernando Henrique Cardoso, e o papel que ela teve na integração e no retorno da autonomia na diplomacia brasileira. O intuito é associar as estratégias do período com eventos históricos relevantes para o avanço da cooperação Sul-Sul, como a Conferência de Bandung. Também serão ressaltadas as outras formas de alianças e pautas que se formaram entre países emergentes, como o desenvolvimento de organizações e instituições que permitiram o aumento da visibilidade de seus interesses. O propósito é demonstrar como esses fatores afetaram a institucionalização e projeção do Sul Global, além de retratar os efeitos desses processos na configuração mundial do século XXI.

A Conferência Ásio-Africana de 1955, que contou com a participação brasileira como membro observador, é um evento que pode ser muito explorado quando consideramos a

² “Analytic eclecticism is such an effort, a means for social scientists to guard against the risks of excessive reliance on a single analytic framework and the simplifying assumptions that come with it” (Sil; Katzenstein, 2010, p.414).

construção do Sul Global. Além disso, a Escola Inglesa de Relações Internacionais, base teórica da pesquisa, também apresenta certa escassez acadêmica e afastamento popular, contudo, é extremamente adequado para a análise a seguir. Aqui temos a intenção de retratar uma visão que prepara o protagonismo da inserção do Estado Brasileiro no globo e a ênfase em organizações que retratam a liderança regional deste. Considerando a configuração das relações interestatais, mas também institucionais presentes no tabuleiro mundial.

No campo acadêmico brasileiro das Relações Internacionais essa conexão foi produzida poucas vezes, existem documentos de análise da política externa da época ou do papel de neutralidade brasileira no período da Guerra Fria, mas aqui busca-se contribuir com a associação dessas estratégias para a ascensão da participação de nações em desenvolvimento no Sistema Internacional e do surgimento de uma Sociedade Internacional entre eles, especialmente pela lente da Escola Inglesa.

O intuito social dessa pesquisa é disseminar o conhecimento sobre a Política Externa Brasileira entre os anos 1995 e 2002. Tal importância vem de ser o momento antes dos governos PTs, que destacaram a Cooperação Sul-Sul e depois da redemocratização. Sendo assim, de extrema importância para a população brasileira, no setor externo, moldou o perfil do Brasil pós Guerra Fria, retratando uma liderança regional e sua capacidade de mediador capaz de aliar interesses com países emergentes enquanto se insere no Sistema dominado pelas grandes potências para beneficiar sua diplomacia. No momento atual, esse estudo ganha importância com o retorno de Luiz Inácio à presidência, já que esse retoma as raízes da cooperação Sul-Sul e garante sua relevância para a inserção brasileira no cenário mundial

Apresentando, assim, uma visão complementar para o estudo desse processo essencial para entender as relações internacionais do século XXI e a diplomacia brasileira, concentrando justamente nesse projeto de inserção. Dessa forma, a produção acadêmica deste trabalho parece central para retratar esse ciclo político e estratégico brasileiro e permitir a população, não apenas acadêmica, a se inteirar sobre esse desenvolvimento do cenário mundial.

Além de ter como objetivo complementar a literatura sobre as estratégias de inserção brasileira no cenário mundial, especialmente as voltadas aos países emergentes e as nações vizinhas. Considerando o contexto dos anos 90 e a nova configuração mundial e as mudanças que isso representava para o Estado Brasileiro e para economias em desenvolvimento. Também vale ressaltar que serão exploradas as estratégias diplomáticas utilizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, marcado pelas políticas liberais do mercado global. Assim, o objetivo é entender o início dessa movimentação para que possamos fazer paralelos sobre as

continuidades, rupturas e abrangências, com as disposições atuais, e facilitar o entendimento do caráter da diplomacia dos anos 1995-2002.

A metodologia utilizada para a realização da monografia será, em sua maioria, análise de bibliografia, em especial livros e artigos sobre todos os temas abordados, mas também nos documentos oficiais de Estado da Política Exterior do governo de Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, será buscado material sobre a retomada histórica, começando pela Conferência de Bandung de 1955, utilizando não apenas abordagens históricas que explicam o contexto e as resoluções do evento, mas artigos que retratam o posicionamento de representantes brasileiros no evento.

Logo, serão utilizados os textos de grandes autores da Escola Inglesa, como Martin Wight, Hedley Bull e Adam Watson, a retomada do material teórico das Relações Internacionais é pertinente para que suas defesas e conceitos sejam explicados e aplicados fluidamente no caso de estudo proposto. Adicionalmente, será buscado trabalhos de outros autores situando a Escola Inglesa e seu impacto no setor das Relações Internacionais.

Para complementar, um levantamento bibliográfico sobre as táticas e planos diplomáticos do governo de Fernando Henrique Cardoso é fundamental para a consciência da relação dessas com a inserção brasileira no Pós-Guerra Fria. Esses serão baseados, majoritariamente, nos “Diários da Presidência”, obra de quatro volumes, de autoria do próprio presidente Fernando Henrique.

Utiliza-se, assim, o método hipotético-dedutivo, que consiste em um método de investigação científica, a formulação de uma hipótese, nesse caso a de que a importância da cooperação com o Sul Global teve influência na maneira como foi guiada a política externa brasileira de Fernando Henrique Cardoso. Dessa maneira, argumentando que foi uma estratégia diplomática utilizada antes mesmo do governo de Lula, que priorizou a pauta, e auxiliou na integração do cone sul e autonomia nacional. Através dessa pesquisa será possível analisar essa hipótese e compreender a conjuntura e argumentos desenvolvidos para defendê-la, ou não.

Assim sendo, cria-se uma espécie de funil na organização do texto, a começar pelo debate teórico da Escola Inglesa, que leva a uma abordagem vinculada ao tradicionalismo e será utilizada na parte da coleta (revisão literária especializada). Ao somar todos esses fatores será apresentada uma análise temática com a perspectiva do papel da Política Externa Brasileira na ascensão do Sul Global e como isso foi serviu de estratégia para projetar os interesses brasileiros no cenário mundial, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Como apontado anteriormente, esse texto tem como tema central a condução da política externa de Fernando Henrique Cardoso, especificando-se nos traços que revelam a cooperação

entre países em desenvolvimento e como isso retrata a inserção brasileira no panorama internacional. Ainda, reconhecendo a continuidade da relação com os grandes parceiros econômicos históricos do Brasil, por questões de investimento externo e de legitimidade no sistema internacional. Além da autonomia crescente da diplomacia brasileira

2 A ESCOLA INGLESA E A POSSIBILIDADE DA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Este primeiro capítulo tem como objetivo fazer um embasamento teórico relatando alguns dos conceitos principais da Escola Inglesa de Relações Internacionais, que foi selecionada para essa construção, que mais tarde serão interligados com a análise de política externa e a institucionalização do Sul Global. Um dos pontos mais importantes dessa corrente de pensamento é a inclusão de muitas teorias para uma análise completa

A relevância específica da Escola Inglesa reside nesse meio-termo, bastante satisfatório para o enfrentamento das árduas questões conceituais e práticas em torno das quais se debruça o pesquisador das relações internacionais no mundo atual (Saraiva, 2006, p.3).

Será tratado, especialmente, a questão da Sociedade Internacional, de Hedley Bull, e a forma como essa se constroi e se desenvolve no decorrer da história e a partir das atitudes dos atores. Além de abordar o conceito de Hegemonia, colocada por Adam Watson, pois o poder de influência regional é uma das partes mais importantes do perfil diplomático brasileiro. Nesse sentido, são usados os principais termos que se associam à política externa do Brasil e ao cenário global da década de 90 e sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso.

A criação da Escola acontece depois da Segunda Guerra Mundial, assim como a contextualização do Movimento dos Não Alinhados esse momento é importante para os estudos de estrutura e estratégica internacional, pois existe um aumento da globalização e das influências extrarregionais. Alguns dos termos trabalhados por essa corrente de pensamento facilitam a explicação histórica da busca pela institucionalização e por uma maior autonomia das nações do Sul Global, do período da Guerra Fria. Contudo, as qualidades de uma Sociedade Internacional é mais forte apenas no início dos anos 90, especialmente, porque a conjuntura bipolar termina e as interações entre diversos países tornam-se mais comuns. Por esse motivo, a visualização macro e multilateral oferecida pela Escola Inglesa é necessária para um entendimento completo do cenário mundial, mas também para as atitudes que guiam a política externa dos Estados.

Assim, a proposta desse capítulo é contextualizar algumas das ideias que serão utilizadas ao decorrer da análise histórica e política, além de enfatizar a importância da Escola Inglesa de Relações Internacionais para o exame de algumas situações que forjam a estrutura mundial.

2.1. O CONTEXTO DA ESCOLA

A Escola Inglesa das Relações Internacionais, também conhecida como escola da Sociedade Internacional, surgiu nos anos 50 e foi relevante no segundo grande debate das R.I., o qual retratava sobre a oposição do tradicionalismo x behaviorismo e que se deu nas décadas de 50 e 60 (Buzan, 2014). Essa corrente do pensamento representava um posicionamento interpretativista e histórico, dessa maneira, associando-se com ciências sociais enfatizando a influência da história em suas teorias. Tal Escola iniciou com a criação do Comitê Britânico de Teoria de Política Internacional, que tinha como propósito o estudo e a discussão das relações entre Estados e seus assuntos externos (Buzan, 2014). Seus membros ficaram conhecidos como os institucionalistas britânicos, e começou com uma demanda de ampliar o diálogo com o Comitê Americano, porém, o último teve seus trabalhos encerrados logo depois (Buzan, 2014).

Duas teorias de Relações Internacionais já estavam fortemente consolidadas quando a Escola Inglesa entrou no debate: o realismo e o liberalismo, que entre si apresentavam fortes discordâncias. (Jung; Oliveira, 2023) Ao considerar o realismo, ao mesmo tempo em que dialoga com os ideais cooperativistas e institucionais do liberalismo, tal Escola demonstra uma nova, complexa e abrangente forma de se pensar a esfera mundial.

Situando-se entre o racionalismo realista e o neoliberalismo institucionalista de corte norte-americano, a Escola Inglesa [...] aproxima o entendimento das relações internacionais do que hoje é reconhecido pelo construtivismo social como o papel das idéias, das identidades como construtores de interesses (Saraiva, 2006, p.3)

A percepção da Escola Inglesa é interessante para o setor de política externa por diversos motivos, um deles sendo exposto pelo próprio Martin Wight, um dos maiores contribuidores dessa corrente de pensamento, ao fazer um paralelo do campo doméstico com o internacional. Para o autor Wight (1991), ao entender a teoria política como especulação sobre o Estado, a teoria das relações internacionais seria a especulação sobre a Sociedade de Estados, logo deveria ter seus estudos aprofundados e disseminados. Outro, é a questão do pluralismo e da solidariedade moral no campo internacional, encontrada no artigo de autoria de Nythamar Oliveira e João Jung, (2023, p. 2, tradução própria).

Se a solidariedade se refere ao imperativo de valores cruciais, como os direitos humanos, através de uma abordagem universal – resgatando a noção kantiana de princípios morais transcendentais – então a pluralidade protege as diferenças e chama

a atenção para os perigos de criar um imperativo moral a partir da normatividade ocidental.³

Justamente, o motivo pelo qual essa Escola de pensamento foi selecionada para o desenvolvimento desta monografia é seu perfil entrelaçador de ideias. Além de ser conhecida, no mundo teórico de Relações Internacionais, como a responsável por trazer o debate entre pluralidade cultural e solidariedade moral. (Jung; Oliveira, 2023) Ademais desse motivo acadêmico, também devemos considerar que essa não é uma Escola central dos estudos das Relações Internacionais, no Brasil especificamente, é uma das menos usadas. Assim, um dos objetivos também é enfatizar e disseminar sua importância para uma análise interdisciplinar, que combina uma seleção de fatos defendidos por diferentes teorias e dessa forma pode trazer uma visão original ao mesmo tempo que abarca temas clássicos.

Esse capítulo do trabalho visa contemplar como essa teoria pode ser aplicada em um setor fundamental das relações mundiais, a política externa estatal, trazendo mais visibilidade para a Escola Inglesa ao mesmo tempo que enfatiza um novo olhar sobre as estratégias de Fernando Henrique Cardoso para se unir com o Sul Global para projetar os interesses brasileiros.

2.2 PRINCIPAIS TEÓRICOS E CONCEITOS

Os estudos priorizados serão dos autores: Martin Wight (1913-1972), Hedley Bull (1932-1985) e Adam Watson (1914-2007) contudo vale citar outros teóricos fundamentais para a construção dessa escola do pensamento, como Herbert Butterfield, Coral Bell, Barry Buzan, entre outros. Sobre o primeiro é importante citar que seus trabalhos só foram publicados post mortem e que um dos preceitos fundamentais trabalhados pelo autor é a consideração da “sociedade internacional”. Sua percepção é interessante, pois Wight faz um paralelo do campo doméstico com o internacional, ao entender a teoria política como especulação sobre o Estado e a teoria das relações internacionais seria a especulação sobre a sociedade de Estados.

Um dos pilares desenvolvidos pelo autor é o conjunto de três tradições para explicar, de maneira completa, o corpo da teoria internacional. Essa estrutura é baseada nos “três R’s” das relações internacionais, seriam esses: o realismo, baseado em Thomas Hobbes; o racionalismo, através das contribuições de Hugo Grotius; o revolucionismo, inspirado nas ideias de Immanuel Kant. (Wight, 1991) Como é colocado pelo autor “Quando examino minha psique, parece que

³ “If solidarity refers to the imperative of crucial values, such as human rights, through a universal approach – rescuing the Kantian notion of transcendent moral principles – then plurality protects differences and draws attention to the dangers of creating a moral imperative from Western normativity” (Jung; Oliveira, 2023, p.2).

encontro essas três formas de pensamento dentro de mim” (Wight, 1987, p.227). Seguindo esse raciocínio compreende-se que devido a complexidade do campo internacional faz-se necessário a utilização de várias correntes.

Estabelece-se que um dos enfoques de Martin Wight era a questão estrutural de sistemas, o que é exposto nos estudos de João Jung e Nythamar Oliveira (2023, p.4 ,tradução própria) “A relevância da contribuição de Wight (1991) para as RI é permitir uma reflexão estrutural sobre esta disciplina, compreendendo as possibilidades de mudança na estrutura da política internacional”. Salientando a trajetória histórica desses, Saraiva (2006, p. 4) acrescenta:

Preocupado em estudar a idéia de sistema de estados e de formular questões e proposições que permitissem estudos comparados do sistema europeu com outros sistemas históricos, Wight foi pioneiro nessa área. Para Wight, estudá-los e compará-los era obrigação, mas estabelecer dicotomia ou noções de superioridade de um sistema sobre o outro não era saudável .

Essa característica de seu trabalho, mais tarde, influenciam os estudos de pesquisadores como Adam Watson, também da Escola Inglesa. A priorização da história é uma marca registrada dessa Escola de Relações Internacionais e a comparação entre esses não tem o viés de qualificar um sobre o outro, mas sim, de observar seus contextos e estruturas. Além de registrar como tais interferem nas políticas mundiais e nas situações internas dos atores globais.

Ademais, ressalta a necessidade de uma teoria específica para as relações internacionais, em textos como “Why is there no International Theory?” de 1960. Tal observação teórica torna-se uma marca em seus estudos, inclusive, Wight “propôs a separação entre a teoria política clássica e a teoria e a história das relações internacionais, estabeleceu as premissas do caminho do meio mais próximo aos preceitos grocianos e inaugurou a análise em torno do sistema de estados” (Saraiva, 2006, p. 5). O que facilita a autonomia da pesquisa no campo internacional, pois, essa, deixa de ser vista apenas como uma extensão das políticas domésticas, mas também, um escopo com dinâmica própria.

Por conseguinte, essa foi a teoria das Relações Internacionais selecionada para essa pesquisa pois, por mais que não seja uma das correntes de pensamento mais famosas da área, ela representa uma combinação de três grandes teses que proporcionará uma melhor compreensão do cenário mundial. Demonstrando, assim, uma maneira adaptável de análise do campo que demonstra sua perspectiva multilateral completa. Além de diferenciar conceitos centrais para a compreensão do cenário mundial como o Sistema Internacional, a Sociedade Internacional e a Sociedade Mundial, cada um sendo decorrente de um pensamento clássico.

Aprofundando um pouco mais nessa Escola, aponta-se aqui os principais conceitos usados de cada uma dessas teorias consagradas no campo das relações internacionais comentadas por Wight (1991). Tais condições são a anarquia internacional, ausência de governo no sistema internacional (realismo); a interação habitual presente na diplomacia e nas leis internacionais (racionalismo) e a solidariedade moral com a sociedade global de indivíduos que existe por trás das estruturas legais do Estado (revolucionismo).

Ressalta-se que para Bull “Os tais três "r" - racionalismo, realismo e revolucionismo - apenas teriam sentido se encapsulados por padrões existentes nas relações internacionais” (Saraiva, 2006, p.5). A Escola realmente tem o objetivo de implementar essas teorias com a realidade da conjuntura mundial. Essa relação pode ser vista ao considerar que o Sistema Internacional é uma reflexão dos princípios realistas; a Sociedade Mundial é dada como uma possibilidade idealizada nos princípios revolucionistas; que as premissas racionalistas são claramente colocadas na imagem de uma Sociedade Internacional.

É notável a teoria hobbesiana sobre o sistema anárquico, representada no realismo, a qual explica que cada nação busca sobreviver e balancear o poder no sistema internacional com os outros países. Quando passamos essa lente para o escopo do estudo proposto temos a política externa como apresentação e projeção de poder de um Estado no cenário internacional. O interesse e a análise feita ao aplicar uma diplomacia estratégica levando em consideração a perspectiva nacional e a balança de poder.

No lado oposto está o revolucionismo, inspirado nas ideias kantianas é altamente associado ao ideal de sociedade mundial. Focado na cooperação entre indivíduos e instituições, a relação entre os Estados é vista como amistosa e trabalha com a ideia de ajuda mútua. Característica que está presente na união, entidades e organizações que países tendem a criar para tornar o campo de atuação mundial mais favorável aos seus interesses.

Ainda, existe o racionalismo, corrente grociana, que atua como o meio termo das teorias até então comentadas. É ligado com a construção da sociedade internacional, as relações internacionais são vistas como diálogos, normas e leis entre os Estados. Esse ponto, se encaixa na seção interpretativista da Escola, pois as interações globais são vistas de um ângulo social e discursivo.

Assim, quando os Estados saem da dinâmica realista eles passam a aumentar a comunicação entre si e a cultura nacional torna-se a base para como uma população se comunica uma com a outra. Portanto, o campo da sociologia e da história são os que predominam aqui. Dessa forma, quanto mais valores culturais comuns entre os países maior tende a ser sua

cooperação. Nesta perspectiva, os seres humanos deveriam ser considerados animais sociais em constante interação.

Sobre Adam Watson, devemos começar citando que a obra do início dos anos 90, que é dedicada ao próprio comitê britânico “Aos membros do Comitê Britânico sobre a Teoria da Política Internacional e particularmente em memória de seus três outros presidentes Herbert Butterfield, Martin Wight, Hedley Bull” (Watson, 1992, p.5, tradução própria)⁴, demonstra as visões e explicações do autor sobre os antigos Sistemas de Estados, a Sociedade Internacional europeia e a Sociedade Global.

Um dos pilares que sustenta os estudos de Watson, e a Escola Inglesa, é a aproximação com a história, ele utiliza das análises e comparações de várias conjunturas mundiais passadas para tentar compreender seus padrões e como isso levou ao atual cenário, além de pensar sobre os futuros. Uma de suas teses mais famosas concentra-se na metáfora do pêndulo para explicar a teoria dos sistemas de Estados, como uma retratação da continuidade histórica.

A teoria do pêndulo histórico da Sociedade Internacional consiste em quatro configurações de poder, ordem e justiça mundial, que tendem a se repetir no decorrer da história. Em seu livro “The evolution of International Society: A comparative historical analysis” (1992), ele disserta sobre as configurações de: Independente; Hegemônica; Dominância e Imperial. A partir da compreensão de Watson (1992), Jung e de Oliveira (2023, p.3, tradução própria) apontam que “[...]trata especificamente das mudanças sistêmicas nas relações entre diferentes comunidades políticas ao longo da história”.⁵ Nota-se que grande parte da inspiração dos estudos de Adam Watson vem de seu colega na Escola Inglesa, Martin Wight, principalmente a respeito das fortes relações que ambos colocavam entre história e análise de sistemas internacionais.

Essa capacidade de ir e vir na história seguiu, em alguma medida, na obra de Adam Watson [...], manteve os passos de Wight na sua obra fundamental dedicada à evolução da sociedade internacional. Para Watson, que como Wight dirigiu o British Committee on the Theory of International Politics, o que importa é concentrar os esforços na comparação da natureza e no funcionamento dos sistemas de estados historicamente estabelecidos (Saraiva, 2006, p.4).

Outro autor importante da Escola, que trará conceitos que serão aplicados ao estudo de caso da política externa analisada neste trabalho, é o professor australiano Hedley Bull. Mais adepto da postura racionalista, acreditava que esta era uma mediação dos extremos (realismo e

⁴“To the members of the British Committee on the Theory of International Politics and particularly in memory of its three other chairmen Herbert Butterfield, Martin Wight, Hedley Bull” (Watson, 1992, p.5).

⁵ “[...] deals specifically with systemic changes in relations between different political communities throughout history” (Jung; Oliveira, 2023, p.3).

revolucionismo). Usa do “[...] conceito de ordem na política internacional, tal como concebido por Bull (1995) através de uma influência grociana, que é o eixo principal das ideias da Escola Inglesa” (Jung; Oliveira, 2023, p.3, tradução própria)⁶. A obra referenciada é “The Anarchical Society”, publicada originalmente em 1977, mas que conta com outras edições como a de 1995, usada no artigo, e a de 2002, utilizada nesta monografia. Enquanto pesquisador, mantinha-se simpatizante à “Sociedade Mundial” de Kant, mas também a via como uma ordem normativa frágil, tornou-se, assim, um defensor da Sociedade Internacional.

Mais um dos pontos retratados pelo autor é o da Ordem e da Justiça Mundial (Bull, 2002), tais termos pressupõem a existência de um grupo de Estados, ligados por valores e interesses comuns, que tem seu relacionamento guiado por um conjunto de regras, leis, princípios e instituições. O que demonstra as preocupações normativas da Escola Inglesa de Relações Internacionais, com a legitimidade que sustenta a ordem mundial.

É em sua obra “A sociedade anárquica”, de 1977, que ele começa a dissertar sobre o conceito de “ordem” e seu impacto nas relações internacionais, traz a ideia de que o complexo internacional é como elementos relacionados entre si e envolvidos em uma estrutura, como uma molécula de água. Logo, faz-se interessante utilizar dessa noção para analisar a forma com a qual um Estado se insere no Sistema Internacional através de sua política externa. Ao debater sobre a ideia de Sociedade Internacional Bull comenta sobre essas três correntes, reforçando elas como uma sólida base teórica da Escola Inglesa de Relações Internacionais. Ao comentar sobre essas tradições, Saraiva (2006, p.5) enfatiza o posicionamento dessas sobre a estrutura internacional:

Estaria em Hedley Bull três incontestáveis contribuições de Wight: a busca de padrões, na história das idéias, úteis às relações internacionais; a equidistância em relação ao short-termism da política exterior; e a incessante pesquisa em torno das bases normativas da sociedade internacional em termos comparativos.

O autor Hedley Bull (1966) comenta sobre as duas teses principais que moldam a teoria das Relações Internacionais, são elas: a clássica, baseada em pesquisadores como Hobbes, Kant e Grotius, que associam ciência política, história, ciências jurídicas e sociais; e a científica, baseada em procedimentos empíricos com provas lógicas de verificação (Bull, 1966). A Escola Inglesa de Relações Internacionais segue a perspectiva tradicionalista, fundada nos pilares da área das humanas, é possível notar que muitos dos métodos e dos focos dos autores da Escola Inglesa tinham matrizes em comum, a priorização da história e da análise das configurações dos sistemas e sociedades internacionais, por exemplo, está presente nas contribuições de Martin Wight, Hedley Bull e Adam Watson. Existe, nesse sentido, um formato de continuidade

⁶ “[...] concept of order within international politics, as conceived by Bull (1995) through a Grotian influence, which is the main axis for English School ideas” (Jung; Oliveira, 2023, p.3).

entre os autores aqui apresentados, o que demonstra também a importância de reunir tais trabalhos.

2.3 APLICAÇÃO NO CENÁRIO MUNDIAL

Primeiramente, o realismo de Hobbes, que define a atividade típica das relações entre estados como a guerra, e a paz representa apenas um período de recuperação para o sistema. Os estados possuem liberdade, sem restrições jurídicas ou morais, para perseguir seus interesses, já que os acordos só são respeitados quando convenientes (Bull, 2002, p. 33). Em uma linha de pensamento contrária a essa, temos os ideais universalistas, que apontam a moralidade internacional como fundamental para o campo de relações entre os agentes e a delimitação da atuação desses. Tais imperativos morais defendem o fim do sistema de estados a partir do surgimento de uma sociedade cosmopolita (Bull, 2002, p. 34). Por último, a versão grociana, também conhecida como internacionalista, coloca-se entre as duas já citadas, e estabelece que o campo internacional é mediado por instituições e regras válidas para todos e a atividade que qualifica o cenário internacional é o intercâmbio social e econômico, como comércio (Bull, 2002, p. 35).

Aqui a Sociedade Internacional, ligada ao racionalismo, é fundamentada na ideia de que um conjunto de países não constitui apenas um Sistema, mas sim, uma Sociedade. O que significa que eles são afetados pelas decisões e ações uns dos outros e, por isso, devem dialogar entre si e levar em consideração seus interesses e valores em comum. Assim, poderíamos criar uma sociedade internacional baseada nos mesmos pressupostos da sociedade doméstica dos países. Como já exposto anteriormente, essa corrente de pensamento foi altamente inspirada pelo jurista Hugo Grotius.

[...]a sociedade internacional é uma estrutura histórica e culturalmente determinada, resultante da interação de atores, originada das práticas que determinam o comportamento dos Estados, mas em interação permanente para dentro e para fora deles mesmos. Mesmo as instituições da sociedade internacional, sustentadas em normas e valores comuns, são cultural e historicamente determinadas (Saraiva, 2006, p. 4).

Para essa discussão ele também explica a necessidade de três tópicos essenciais para uma Sociedade Internacional: os Estados Soberanos; a interação entre Estados; e a aceitação de alguns valores em comum. Ademais, comenta sobre as instituições dessa Sociedade, em sua visão essas não devem ser reduzidas a organizações, mas sim “conjuntos de práticas e hábitos formados na busca da compreensão de metas comuns” (Bull, 2002, p.74). Um dos fatores desses

conjuntos é a diplomacia, que demonstra como os países se inserem internacionalmente, este texto terá enfoque em como essa influência na política externa do Brasil da década de 90.

Conseqüentemente, a Sociedade Internacional ou a Sociedade dos Estados é caracterizada por um grupo de Estados com valores e interesses em comum que respeitam a independência uns dos outros e criam uma sociedade com a intenção de compartilhar regras e instituições. Uma sociedade internacional depende da pré-existência de um sistema internacional, que pressupõe a constituição de estados que apresentam soberania interna, supremacia de poder sob determinado território e população, e externa, reconhecimento no sistema internacional. Ela é fundamentada nos pilares da Ordem Internacional, conceito trabalhado por Hedley Bull (2002).

É nessa mesma obra que disserta sobre a “Ordem Internacional” e seu impacto nas relações mundiais, traz a ideia de que o complexo internacional é como elementos relacionados entre si e envolvidos em uma estrutura, como uma molécula de água. Logo, faz-se interessante utilizar dessa noção para analisar a forma com a qual um Estado se insere no Sistema Internacional através de sua política externa.

Para compreender inteiramente a Escola Inglesa também é necessário entender a distinção do Sistema Internacional e da Sociedade Mundial em seus estudos, além da Sociedade Internacional acima explicada. O Sistema Internacional, que tem grande influência em Hobbes e Maquiavel, se baseia na política de poder entre os Estados, assim, é uma área da Escola que se assemelha ao Realismo. E define que a configuração de poder em um sistema anárquico leva os Estados a buscar seus interesses próprios e o balanceamento do poder. À vista disso, Sistema Internacional ou Sistema de Estados seria quando dois ou mais Estados, apesar de serem esferas fechadas em si, têm contato suficiente para que suas ações e decisões causem impactos recíprocos. Tais influências podem ser diretas, no caso de fronteiras, por exemplo. Ou indiretas, através de um terceiro Estado ou pelos complexos entrelaçamentos financeiros internacionais. Essas relações podem ter caráter cooperativo ou conflituoso.

Já a Sociedade Mundial é vista, por Bull, como um ideal kantiano ainda não alcançado, ela coloca as pessoas, as organizações não-governamentais e as empresas transnacionais como foco das identidades e arranjos sociais globais. Assim, a ordem dessa sociedade é baseada nas normas e valores compartilhados pelos indivíduos transcendendo a ordem de Estados. Porém é necessário levar em consideração que essa configuração alteraria toda a ordem mundial, já que existe uma discrepante diferença entre a ordem estabelecida em Estados e a ordem baseada em indivíduos. Porque se indivíduos e organizações possuem uma personalidade jurídica

internacional, assim como a das nações, a ordem internacional com base na soberania estatal westfaliana estaria vulnerável à alterações drásticas.

Assim sendo, o conceito de Sociedade Mundial é motivo de polêmica e segregação no campo acadêmico. Isso acontece devido ao fato de que, muitos pensadores consideram este conceito como uma utopia, enquanto outros acreditam que ela seja uma realidade palpável. Uma vez que, os fatores que poderiam impedir seu desenvolvimento são instituições, ou seja, não provém da natureza humana. Isso significa que, assim como os Estados soberanos são estruturas político-sociais e nem sempre existiram, as guerras também são os resultados de padrões históricos e ambas as situações foram criadas, e podem ser exterminadas pelos seres humanos, afinal, nenhuma é essencial para a existência da vida (Jung; Oliveira, 2023).

Tais conceitos são essenciais para a aplicação da política externa dos países, já que definem a própria necessidade dessa ação, além de moldar sua condução. Sobre a temática da “Ordem” nas relações globais também podemos abordar os estudos de Adam Watson, que, assim como Bull e Wight, procurou, em seu livro “*Evolution of the International Society*” de 1992, entender as estruturas do cenário e considerou que elas formavam uma sociedade internacional, na qual Estados agirem como atores sociais com valores, costumes e instituições em comum, o que viabiliza uma sociedade internacional.

Um dos pilares que sustenta os estudos de Adam Watson, e da Escola Inglesa em geral, é a aproximação com a história, pois ele utiliza das análises e comparações de várias conjunturas mundiais passadas para tentar compreender seus padrões e como isso levou ao atual cenário, além de pensar sobre os futuros. Uma de suas teses mais famosas, registrada no livro “*The evolution of International Society: A comparative historical analysis*” (1992), concentra-se na metáfora do pêndulo para explicar a teoria dos sistemas de Estados, como uma retratação da continuidade histórica.

Nele seriam apontadas os quatro formatos que a história segue de maneira cíclica: o “Independente”, que tem o menor nível de ordem e o maior de justiça, mas alguns conseguirão mais poder do que outros; o “Hegemônico”, que seria fortemente marcado pela influência que uns atores têm sobre os outros, na esfera externa de suas decisões; a “Domínio”, mais profundo que a hegemonia, representa a capacidade de interferência tanto interna quanto externa dos agentes nos demais; por fim, temos a “Imperial” que a fase com maior ordem e menor justiça, pois uma unidade absorve as outras através de seu controle (Watson, 1992).

É possível compreender as relações entre esses formatos, através de uma série de padrões, por exemplo, quando estados independentes passam a cooperar uns com os outros nota-se as vantagens de não operar só em um sistema competitivo (Watson, 1992). Ao mesmo

tempo que preservam sua soberania, devem considerar os desejos e valores de seus aliados para ter uma colaboração de sucesso, os interesses e regras que prevalecem devem ser os melhores para o sistema como um todo. A consciência que se desenvolveu das vantagens de ter parceiros independentes também corresponde com as técnicas utilizadas pelos poderes hegemônicos e imperiais para atender o bem-estar e as inclinações de seus subordinados. (Watson, 1992)

O autor traz exemplos desde as antigas organizações políticas para explicar sua teoria e o movimento dentro do Sistema Internacional. Ao debater o sistema macedônio, aborda o estabelecimento de uma hegemonia, parecida com a formatação de domínio, com a união de múltiplas comunidades independentes e depois sua queda que estabelece um sistema de Estados (Watson, 1992, p. 69).

O autor britânico expõe que “Quanto mais o pêndulo oscila no arco, seja em direção aos estados independentes ou ao império, maior é a atração gravitacional em direção ao centro, entre a hegemonia e o domínio” (Watson, 1992, p.122, tradução própria)⁷. Ainda, explica que a atração gravitacional é apenas a metáfora e que em “termos sociológicos são as restrições exercidas pela rede impessoal de interesses e pressões que mantêm o sistema unido: restrições que se tornam maiores à medida que um sistema se move em direção aos extremos de independências ou império” (Watson, 1992, p.122, tradução própria)⁸. Por fim, avisa que essa expressão deve ser cuidadosamente utilizada, já que diferente do pêndulo o sistema de estados não seguia algum padrão de regularidade nem no tempo nem no ritmo de suas alterações.

Ao seguir explorando tal representação, entende-se que na ponta do espectro que representa as nações mais independentes as relações interestatais são dadas por vontade e autonomia dos agentes (Watson, 1992). Essas alianças podem ser fruto de uma parceria entre dois poderes equivalentes ou entre um ator mais forte que protege e domina os mais fracos, elas geram uma certa estrutura para um grupo que sem elas seria considerado anárquico (Watson, 1992, p. 122). Cria-se, assim, uma estrutura para o sistema vigente, que permite a criação de acordos, colaboração para a resolução de conflitos e registros dos eventos. Dessa forma, formam-se as convenções internacionais que mantêm um nível razoável de ordem dentro dessa configuração. Contudo, deve-se destacar que normalmente esses grupos de comunidades independentes são propensos ao surgimento de uma hegemonia. Essa autoridade pode percorrer

⁷ “The further the pendulum swung up the arc, either towards independent states or towards empire, the greater was the gravitational pull towards the centre, between hegemony and dominion” (Watson, 1992, p.122).

⁸ “sociological terms are the constraints exercised by the impersonal net of interests and pressures that hold the system together: constraints which become greater as a system moves towards the extremes of independences or empire” (Watson, 1992, p.122).

todo um sistema, nesses casos, o Sistema se tornaria uma Sociedade, pois, como visto anteriormente, os outros membros adotariam a cultura dominante (Watson, 1992).

Conforme o grau de autoridade hegemônica crescia mais interligada a sociedade se tornava, migrando dentro do arco do pêndulo e se aproximando cada vez mais de um caráter de domínio (Watson, 1992). Vale ressaltar que a distinção entre hegemonia, quando um poder controla as interações no ambiente externo de seus aliados, e domínio, além das decisões externas também interfere nas decisões internas, é muito mais clara na teoria do que na prática. É importante recordar que o perfil de domínio não precisa de uma suserania formal ou da perda da independência dos países subordinados. Porém conforme o pêndulo atravessa o ponto central do arco, alcançando o lado do império o controle direto torna-se mais explícito e a soberania imperial mais provável (Watson, 1992, p. 124).

O autor ressalta o equilíbrio que o próprio mecanismo tenta estabelecer “Quanto mais nosso pêndulo metafórico oscilava no arco do espectro, maior era a atração gravitacional sobre ele em direção ao ponto central baixo do arco”⁹ (Watson, 1992, p. 124, tradução própria). É apontado que a aceitação da autonomia das partes é benéfica para o subordinado e para o detentor do poder, sendo assim, na metade imperial do espectro existe uma inclinação para a autonomia, característica mais marcante da classificação Independente (Watson, 1992).

Assim, os sistemas internacionais estariam sempre entre esses dois extremos, o primeiro baseado em Estados soberanos e autônomos, que se relacionam voluntariamente entre si, já que não conseguem operar sozinhos na comunidade internacional. E, seu contraponto, é uma situação baseada no uso da coerção de um Estado, subjungando os mais fracos do que ele e conduzindo-os para seu aparato administrativo (Watson, 1992). É compreendido que as vantagens do Império são essencialmente práticas, com apenas um ator no poder as decisões são facilitadas e os conflitos tendem a diminuir, no entanto, por razões morais a Independência tende a ser preferível (Watson, 1992).

No período proposto a ser estudado o sistema mundial é formado por Estados independentes, porém que participam de alianças e movimentos de cooperação relativamente fortes, considerando os ideais compartilhados, além da legitimidade cedida às instituições e às organizações internacionais. Após a Guerra Fria muito da nova ordem global foi baseada na democracia liberal com sistema capitalista representado pelas potências desenvolvidas ocidentais e liderado pelos Estados Unidos da América, o que de certa forma representa um domínio e uma configuração de hegemonia, mas o controle não é explícito. Ou seja, a

⁹ “The further our metaphorical pendulum swung up the arc of the spectrum, the greater was the gravitational pull on it towards the low central point in the arc” (Watson, 1992, p. 124)

conjuntura do mundo no final dos anos 90 e início dos anos 2000 ainda deve ser considerado um sistema de nações soberanas que dialogam entre si e privilegiam os interesses em comum. Ao mesmo tempo que o papel do Brasil regionalmente representa sua capacidade de liderança e traços da configuração de hegemonia.

Nesse estudo, será abordado o cenário mundial e os traços que podem levar um Sistema a construir uma Sociedade, através de eventos como o Movimento dos Não Alinhados, criado durante a Conferência de Bandung de 1955, e, mais recentemente, da Cooperação Sul-Sul, marcados pela criação de organizações como o Mercosul. Tudo isso com o viés da política externa brasileira dos anos 90 de autonomia e integração, consagrado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. A forma com a qual o Sistema Internacional impacta nas decisões domésticas estatais e como isso se projeta nas políticas governamentais das relações exteriores é essencial para o desenvolvimento dessa Sociedade Internacional.

Vemos que a “ordem” do sistema é mais uma das temáticas cêntricas da Escola Inglesa, essa também é segmentada em duas: a Ordem Internacional e a Ordem Mundial. A primeira representa o padrão de atividades que sustenta a sociedade internacional. Seus pilares são: as regras, os interesses, os valores em comum e as instituições assim, acontece uma queda do pensamento realista do “jogo de soma zero”. Seus objetivos são a preservação do sistema e da sociedade de Estados; a manutenção da soberania externa dos Estados; a limitação da violência (tolerância apenas das guerras consideradas “justas”) e a manutenção da paz dentro da sociedade de Estados (Bull, 2002).

O livro “A Sociedade Anárquica” de Hedley Bull abarca esse tema em maior profundidade, já no primeiro capítulo o autor comenta sobre a definição do termo “ordem” que muitas vezes remete à ideia de um arranjo metódico. Quando trazido para o meio dos fenômenos sociais transparece como um tipo de estrutura, no entanto, o autor comenta que momentos de conflitos, que normalmente são classificados como “desordem” também seguem um padrão estrutural (Bull, 2002, p.7). Nesse sentido, a ordem procurada na vida social é mais do que uma configuração estruturada, pois adquire a necessidade de uma padronização de conduta que promove metas e valores comuns dentro da sociedade mundial.

A “Ordem Internacional” do sistema, mais uma das temáticas cêntricas da Escola, ela representa o padrão de atividades que sustenta a sociedade internacional. Seus pilares são: as regras; os interesses; os valores em comum e as instituições e assim, acontece uma queda do pensamento realista do “jogo de soma zero”, no qual os Estados convivem em uma constante competição. Seus objetivos são a preservação do Sistema e da Sociedade de Estados; a

manutenção da soberania externa dos Estados; a limitação da violência e a manutenção da paz dentro da sociedade de Estados (Bull, 2002).

Já a Ordem Mundial é uma definição mais ampla, pois não inclui apenas o sistema de estados soberanos, como também, organizações não-governamentais e tratados internacionais, além de considerar outros sistemas políticos historicamente, como a dinâmica feudal ou colônia-metrópole. Diferentemente dos realistas, Bull sustenta que ela é possível em um sistema anárquico internacional. O pensador tradicionalista visualiza a ordem como possibilidade, pois não vê a natureza do ser humano como algo imutável e defende que as pessoas são capazes de uma coexistência político-social organizada dentro de um país com sentido de comunidade (Bull, 2002). Teoricamente, deve-se considerar que todas essas distinções são propostas por Hedley Bull, entretanto, o mesmo não pode ser constatado para Wight e Butterfield. Dado que ambos acreditavam que o desenvolvimento de uma sociedade mundial, com valores e interesses em comum, seria um pré-requisito para a constituição de uma sociedade internacional.

Um dos pontos centrais do texto é a análise das instituições internacionais e a maneira com a qual elas alteram ou mantêm a ordem internacional. Especialmente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e o modo como o Brasil se inseriu no cenário global, considerando a diplomacia presidencial apresentada no período e a cooperação regional e Sul-Sul. Vale ressaltar que uma das doutrinas dessa Escola foca na cooperação mútua entre os agentes, com o intuito de atingir seus objetivos comuns, considerando como fundamental uma base legal aplicada a todos. Dado que os valores convergentes são de grande importância, mas não são o suficiente para sustentar sozinhos tal colaboração entre os Estados.

Então, o que entrelaça essa teoria das R.I. com o caso de estudo é a defesa que ela faz sobre o fato de que o foco das relações internacionais não deveria ser, apenas, os Estados Soberanos separadamente, mas sim, o conjunto de Estados e as relações entre eles. Por isso, podemos considerar a diplomacia e a política externa de países como fundamentais para compreender esse campo de estudo. Principalmente, para compreender a transição de Sistema e Sociedade Internacional, que ocorreu, em parte, durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, altamente impactados pela hegemonia regional brasileira e as vantagens dessa posição na ordem internacional.

3 NASCE UM MOVIMENTO COLETIVO: a união da periferia

O capítulo histórico tem como proposta demonstrar a ascensão de outros agentes, como as instituições e organizações, através de movimentos de caráter estatal, e como esses alteram a dinâmica de poder no cenário. Tanto por permitirem novos formatos de relações diplomáticas e comerciais quanto por ajudarem na conquista de mais autonomia dos países emergentes. Ao compreender o funcionamento de uma Sociedade Internacional, como a descrita pela Escola Inglesa, uma das características mais importantes e profundas da estrutura internacional, a hierarquia colocada sob os países, considerando seu poder econômico, político e de influência.

Como exemplo, é possível citar uma parte da teoria do sociólogo Immanuel Wallerstein sobre o Sistema Mundo, nela o autor observa e disserta sobre alguns conceitos que facilitarão a compreensão de certas características aqui apontadas e estudadas. O autor analisa o cenário mundial e fundamenta três classificações principais para os Estados dentro desse, o centro, a periferia e a semi-periferia (Wallerstein, 1992). Ao considerar o papel e a ascensão do Sul Global tais nomenclaturas são favoráveis para entender os motivos e o contexto do movimento.

A tese baseia-se no sistema capitalista ocidental para organizar hierarquicamente os atores estatais, embasando-se na produção e no comércio deles. Sendo assim, os países do centro são os que produzem produtos com alto valor agregado; na posição mais baixa, os periféricos, se ocupam das commodities e matérias primas; entre os extremos estão os países da semiperiferia, que podem se comportar como centrais ou periféricos, variando com a ocasião. A explicação desses conceitos é coerente com as atitudes apresentadas pelos próprios Estados, pois a atuação deles é altamente baseada em sua posição na conjuntura mundial, moldando, assim, suas políticas internas e externas de acordo com seus recursos. O cientista social Immanuel Wallerstein (1992) defende que a Conferência de Bandung significou o primeiro concerto de união entre o que era considerado a periferia global, visando planos de ação coletiva no cenário global. Por esse motivo, acabou representando o início de uma cultura de cooperação entre as nações do Sul. Esse capítulo visa expor uma parte da institucionalização e da força que esse movimento adquiriu ao longo do século XX e como tal guiou as ações estatais de muitas economias emergentes, além de adaptar as potências para esse novo sistema.

3.1 HISTÓRICO DE COOPERAÇÃO E RESISTÊNCIA

Para a construção da ideia de Sul Global no Sistema Mundial, a Conferência de Bandung, também conhecida como a Conferência Ásio-Africana, será o ponto de partida. Essa ocorreu na Indonésia, em 1955, e reuniu os líderes de 29 países da Ásia e da África, além de observadores, com o intuito de debater possíveis posicionamentos e acordos perante a ordem mundial vigente na época. “O movimento anticolonial do século XX, a Conferência de Bandung

(1955), o Movimento dos Países Não Alinhados (1961) [...] são alguns exemplos nos quais o Sul Global tem suas origens e influências” (Ballestrin, 2020, p.2, tradução própria)¹⁰. O encontro, guiado pelos princípios de não alinhamento e de solidariedade entre as nações de ambos continentes, foi patrocinado pela Indonésia, Índia, Paquistão, Sri Lanka e Birmânia, atual Mianmar (Lima, 2022). O Brasil participou como país observador, com a presença do diplomata Adolpho Bezerra de Menezes, que também é responsável por apontar que tal evento ficou marcado na história mundial, pois pela primeira vez Estados não brancos se reuniam para discutir seus interesses e estratégias (Menezes, 2012, p.240). Registrando, assim, o princípio de um agente político e econômico que se torna cada vez mais relevante na estrutura internacional, o Sul Global.

Ademais, demonstraram as preocupações que os respectivos governos possuíam com as situações criadas pelas grandes potências e impostas à eles. É nesta conjuntura que se inaugura a solidariedade afro-asiática e a emergência do Terceiro Mundo. Essa relação amistosa gerou o início da tomada de consciência em relação ao papel que os novos países independentes deveriam exercer no mundo (Pereira; Medeiros, 2015, p. 124). Tal reconhecimento acaba por ocasionar resultados mais materiais ao decorrer do século XX e XXI, através das instituições e das mudanças na agenda mundial baseado nas necessidades e interesses desse grupo.

Para que se compreenda a magnitude desse debate deve-se considerar o contexto no qual ele ocorreu, durante a Guerra Fria os dois blocos protagonistas (capitalista e socialista) se esforçaram para cultivar redes de aliados. Dessa forma, os países do considerado Terceiro Mundo passaram a ter uma relevância estratégica global, pois poderiam aderir a qualquer uma dessas ideologias. Alguns desses Estados tinham acabado de passar pelos movimentos de independência, tanto no continente africano quanto no asiático, e agora precisavam defender o respeito por sua autonomia e soberania. Logo, contesta-se, a estrutura bipolar, que constata apenas dois blocos, o capitalista, com os Estados Unidos da América (EUA) liderando e o oriental guiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Já que há essa associação de países que criam um tipo de movimento de resistência nessa disputa de poder, o Movimento dos Não-Alinhados.

Nesse sentido, “Bandung desempenhou um papel na batalha de construções da Guerra Fria ao afirmar que havia uma clivagem mais relevante que dividia o mundo do que aquela entre o Leste-Oeste: a clivagem “Norte-Sul” ou “Centro-Periferia” (Lima, 2022, p.5, tradução

¹⁰ “The twentieth-century anticolonial movement, the Bandung Conference (1955), the Non-Aligned Movement (1961) [...] are some examples on which Global South has its origins and influences” (Ballestrin, 2020, p. 2)

própria)¹¹. Assim, a intenção, além de acordos de desenvolvimento regionais, era de projetar algumas de suas lutas para o tabuleiro central, questionando, inclusive, a configuração bipolar. O propósito era abordar mais do que a discussão entre o ocidente e o oriente, altamente destaca entre 1950 e 1990, chamando atenção também para as diferenças e interesses do norte e do Sul Global.

O Sul Global não pode ser visto simplesmente como um conjunto de países não desenvolvidos e não modernos localizados nas zonas ex-coloniais do globo. [...] não deve ser entendido exclusivamente em um sentido geográfico ou territorial. [...] foram capazes de projetar uma identidade geopolítica subalterna, apresentando diferentes formas de pertencimento no sistema internacional (Ballestrin, 2020, p.2, tradução própria).¹²

A configuração bipolar da Guerra Fria é claramente estabelecida historicamente, contudo, a reunião do então considerado Terceiro Mundo, que contava com muitos países que começavam a organizar suas burocracias e políticas de Estado, retrata a possibilidade de um terceiro grande bloco no cenário. Assim, cria-se a necessidade de desenvolver relações horizontais entre países no processo de desenvolvimento de seus setores econômicos, políticos e diplomáticos, tendo como pilar a cooperação e a ideia de reciprocidade. Dessa forma, a estratégia por trás do comportamento apresentado não é apenas o rechaço às visões capitalista e socialista, mas a necessidade de criar entre eles laços diplomáticos mais fortes, fator relevante para Estados recém criados.

Aponta-se que inicialmente as demandas eram baseadas em “acelerar a descolonização e garantir o não-alinhamento a nenhuma das potências no contexto da Guerra Fria, mantendo uma autonomia que permitisse a soberania e autodeterminação dos povos” (Pereira; Medeiros, 2015, p. 120). O intuito era criar uma identidade para esse grupo de países estruturada nos valores, interesses e características históricas e econômicas comuns entre eles, o que pode ser considerado um padrão intuitivo dentro das relações entre os agentes. Aqui aponta-se o conceito de Sociedade Internacional debatido na Escola Inglesa, especialmente por Hedley Bull e Adam Watson, diretamente ligada à corrente do racionalismo, de Hugo Grotius. Nesse cenário, as relações interestatais se propõe aos diálogos, normas e leis estabelecidas pelos agentes. O que

¹¹ “Bandung played a role in the battle of constructions of the Cold War by claiming that there was a more relevant cleavage dividing the world than the one between East and West: the ‘North-South’ or ‘Centre-Periphery’ cleavage” (Lima, 2022, p.5).

¹² Global South cannot be seen simply as a set of non-developed and non-modern countries localized in the ex-colonial zones of the globe. [...] should not be understood exclusively in a geographical or territorial sense. [...] were capable of projecting a subaltern geopolitical identity, presenting different ways to belonging in the international system (Ballestrin, 2020, p.2)

simboliza o intuito do encontro, dessa forma representando a concepção de que as interações globais ocorrem através de uma perspectiva social e discursiva.

Nesse sentido, o desejo de não se classificar como zona de influência de nenhuma das grandes potências possibilitou a união e participação de um novo grupo, a grande disputa de aliados presente nesse período gerou uma importância ainda maior para esse movimento. Os autores Klei Medeiros e Analúcia Danilevicz Pereira (2015, p. 123) comentam que os não-alinhados “rompem com a ideia de bipolaridade e trazem a ideia de multipolaridade de forma precoce”. Ou seja, ideologias e processos da periferia mundial afetaram diretamente a balança de poder dos anos 50. Conclui-se que historicamente “[...]a agenda Sul-Sul foi uma construção social profundamente influenciada pelas disputas ideológicas da Guerra Fria”. (Lima, 2020, p. 120, tradução própria)¹³ torna-se evidente a influência que o Sistema Internacional tem na criação de instituições e nas aproximações e afastamentos entre os atores.

Entende-se, nesse sentido, que a Conferência significou uma ambiguidade para a ordem do globo, era uma construção nova ressaltando uma maior cooperação Sul-Sul, ao mesmo tempo que teve um aspecto de afirmação da ordem ao preservar princípios existentes, como a soberania do Estado-nação e os direitos humanos. (Lima, 2022, p. 4) É possível fazer conexões com a forma com a qual muitos líderes de Estado e de governo de nações em desenvolvimento, como Fernando Henrique Cardoso orientavam suas políticas externas, visando expandir relações, mercados e parceiros sem perder os vínculos com as potências internacionais.

3.2 A IDEIA DE SUL GLOBAL

Sendo assim, enfatiza-se esse evento como um dos pioneiro do movimento do Sul Global, Marcelo Lima (2022, p.4, tradução própria)¹⁴ lembra que “Bandung foi a primeira conferência realizada apenas por pessoas de cor, num país em desenvolvimento, na qual as nações pobres discutiram os seus próprios assuntos sem a interferência das potências ocidentais”. No Sistema Internacional esse fato torna-se marcante tanto do ponto de vista do início de uma institucionalização de um bloco que representava uma terceira via nas prioridades de valores, quanto de uma possível ruptura hegemônica da ordem. A presença dos novos Estados soberanos, evidentemente, afetaria a conjuntura, pois trata-se da adição de elementos.

¹³ “[...]the South-South agenda was a social construct deeply influenced by the Cold War ideological disputes”(Lima, 2020, p. 120).

¹⁴ “Bandung was the first conference held only by coloured people, in a developing country, in which poor nations discussed their own affairs without the interference of Western powers” (Lima, 2022, p.4).

No entanto, a decisão de se reunirem sem as potências principais e demonstrarem uma intenção direta de não se alinharem a elas direciona a condução de suas futuras políticas.

Para compreender melhor essa associação, vale comentar sobre o próprio conceito de Sul Global, que pode ter vários nomes e delimitações de acordo com diferentes autores, mas baseia-se, especialmente, na ideia de um grupo de países que, às vezes, se adequam aos países do centro e, outras, como a periferia. Para Parag Khanna (2008, p.10), por exemplo, são as nações que ficam no meio, ele as classifica como “Segundo Mundo” referindo-se ainda a repartição em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, que já foi muito usada por cientistas políticos e historiadores para explicar algumas diferenças estruturais entre os países. “Em sua maioria, apresentam os dois tipos de características, internamente divididos entre (...) os que têm e os que não têm”. Quando afunilamos o tópico para detalhar a situação no Brasil temos que enfatizar seu papel na América do Sul, sendo esse uma espécie de líder regional, que, muitas vezes, se comporta como um elo entre os países da região para projetar seus interesses no cenário mundial, com maior poder de coerção. “O Brasil é o ímã da América do Sul.(...) as ambições geopolíticas da América Latina dependem quase inteiramente dele” (Khanna, 2008, p. 209).

Foi no contexto de disputa de poder e aliados pela URSS e pelos EUA que as novas nações receberam a vantagem da barganha, pois não estavam automaticamente alinhadas a nenhum desses grupos, conclui-se que “os países periféricos deixaram de ser peões e ganharam poder significativo sobre os hegemônicos” (Lima, 2022, p. 3, tradução própria)¹⁵. A reunião, que visava iniciar o debate entre os países emergentes sobre as situações criadas pelos grandes poderes em seus continentes e suas possíveis atuações, reforçou o posicionamento contra a interferência dessas potências em seus governos.

A cooperação entre os países considerados periféricos nesse momento estruturou-se, como exemplo, podemos citar a declaração de 1954 entre a China e a Índia apenas um ano antes da Conferência. Na qual constava princípios que regeriam a relação entre esses dois países, são eles: a coexistência pacífica, o respeito recíproco pela soberania e integridade territorial das partes, a não ingerência nos assuntos internos, a não-agressão, igualdade e privilégios recíprocos. (Pereira; Medeiros, 2015, p. 12) Atenta-se que esses convergem diretamente com os valores apontados na finalização do evento em Bandung, a luta contra o colonialismo e o racismo, o direito de todos os povos à autodeterminação a luta pela independência e pela

¹⁵ “peripheral countries ceased to be pawns and gained significant power over the hegemons” (Lima, 2022, p. 3)

liberdade de escolha dos Estados relativamente aos seus sistemas políticos e opções de inserção externa durante a Guerra Fria (Djakarta, 1955). Pode-se associar essa construção com padrões diplomáticos mundiais, o início do contato bipolar, mais tarde, leva à acordos multilaterais, expandindo o escopo dos interesses e das alianças entre os atores.

Ressalta-se que a declaração final da Conferência contém dez princípios que orientaram os caminhos dos debates propostos, mas também conferiam uma agenda de cooperação para os países do Sul Global. São eles: (1) Respeito pelos direitos humanos fundamentais e pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas (2) Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações (3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações grandes e pequenas (4) Abstenção de intervenção ou interferência nos assuntos internos de outro país (5) Respeito pelo direito de cada nação de se defender individual ou coletivamente, em conformidade com a Carta das Nações Unidas (6) [a] Abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva para servir aos interesses particulares de qualquer das grandes potências [b] Abstenção de qualquer país de exercer pressões sobre outros países (7) Abster-se de atos ou ameaças de agressão ou uso de força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer país (8) Resolução de todas as disputas internacionais por meios pacíficos, como negociação, conciliação, arbitragem ou solução judicial, bem como outros meios pacíficos de escolha das partes, em conformidade com a Carta das Nações Unidas (9) Promoção de interesses mútuos e cooperação (10) Respeito pela justiça e obrigações internacionais (Djakarta, 1955, tradução própria)¹⁶.

Nota-se que o comunicado aborda cinco grandes campos diplomáticos: a Cooperação Econômica; a Cooperação Cultural; os Direitos do homem e autodeterminação; os Problemas dos povos dependentes; a Promoção da Paz e Cooperação Mundiais (Djakarta, 1955) . Tal documento representou o princípio da institucionalização do maior protagonismo dos países semiperiféricos e periféricos, porém dentro dos padrões propostos na conjuntura global em vigor.

¹⁶ “1. Respect for fundamental human rights and for the purposes and principles of the Charter of the United Nations; 2. Respect for the sovereignty and territorial integrity of all nations; 3. Recognition of the equality of all races and of the equality of all nations large and small; 4. Abstention from intervention or interference in the internal affairs of another country; 5. Respect for the right of each nation to defend itself singly or collectively, in conformity with the Charter of the United Nations; 6. (a) Abstention from the use of arrangements of collective defence to serve the particular interests of any of the big powers. (b) Abstention by any country from exerting pressures on other countries; 7. Refraining from acts or threats of aggression or the use of force against the territorial integrity or political independence of any country; 8. Settlement of all international disputes by peaceful means, such as negotiation, conciliation, arbitration or judicial settlement as well as other peaceful means of the parties’ own choice, in conformity with the Charter of the United Nations; 9. Promotion of mutual interests and co-operation; 10. Respect for justice and international obligations” (Djakarta, 1955).

Conclui-se que a Conferência representou, para as comunidades que lutavam por suas libertações nacionais nos anos 50, um fortalecimento de autonomia frente às metrópoles. É nesse contexto que surge a ideia do Terceiro Mundo não alinhado e de substituição da luta política Leste-Oeste por uma luta econômica Norte-Sul (Pereira; Medeiros, 2015, p. 121) Nota-se a maior complexidade do fenômeno da Guerra Fria através dessa perspectiva não bipolar e mais representativa da conjuntura global dessas décadas, trazendo a relevância dos outros participantes para a agenda internacional.

É importante salientar que apesar da evidente rejeição das políticas coloniais o movimento do não-alinhamento não era, especificamente, sobre manter uma equidistância com as potências da época, pois, a intenção era defender o poder de opção e decisão desses países. Por isso, o não-alinhamento, aqui, não significa, automaticamente, a equidistância, mas sim, a liberdade para se posicionar como preferirem. (Pereira; Medeiros, 2015, p. 124) O conteúdo do encontro, nesse viés, tem como fundamento a não tutela e não intervenção de estrangeiros nas escolhas nacionais. Afinal, trata-se de alguns países recém independentes, ou seja, a questão da soberania ainda era delicada e instável.

3.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE VALORES

Há, também, uma forte crítica ao sistema de alianças, que no passado havia alargado a prospecção da Segunda Guerra Mundial, sendo essa uma das ocasiões mais violentas da história da humanidade o desejo de não repetir tal evento era uma prioridade. Por essa visão, o fato de um grupo de países se abster dos posicionamentos concretos da Guerra Fria simboliza um rompimento nessa disputa por domínio, sem necessariamente adquirir um perfil afrontoso ou de ataque às grandes potências.

Países como o Brasil viam esse novo percurso do sistema como um momento de possibilidades, para o diplomata brasileiro presente, Adolpho Bezerra de Menezes, por exemplo, o país poderia, inclusive, ser uma liderança nessa associação emergente.

Menezes era um observador na conferência e ficou deslumbrado com o novo mundo que viu surgir em Bandung. Em sua visão, o Brasil não deveria ficar parado enquanto esse novo mundo se desenrolava. Portanto, ele começou a encorajar o Brasil a buscar uma política externa independente, o que lhe permitiria unir forças com essas novas nações (Lima, 2020, p. 105, tradução própria)¹⁷.

¹⁷ “Menezes was an observer at the conference and was dazzled by the new world he saw arising at Bandung. In his view, Brazil should not stand idly by while this new world unfolded. Therefore, he began to encourage Brazil to pursue an independent foreign policy, which would enable it to join forces with these new nations” (Lima, 2020, p. 105).

Nesse sentido, é possível notar a perspectiva de uma nova forma de identificação para o Estado Brasileiro, que se torna parte de uma nova comunidade dentro do cenário, permitindo que a nação mantenha um perfil diplomático mais amplo. Os motivos pelos quais o profissional brasileiro defendia que o Brasil poderia participar neste segmento eram o caráter dinâmico e as características econômicas, geográficas, históricas e sociais do país (Menezes, 2012). Segundo Menezes, “o status do Brasil como país multirracial era um passaporte para esse novo mundo” (Lima, 2020, p. 108, tradução própria).¹⁸ Com esse argumento, aborda-se a questão que “através da história foi possível comprovar que brasileiros, africanos e asiáticos tinham o mesmo passado e as mesmas aspirações” (Lima, 2020, p. 109, tradução própria)¹⁹. Reforçando, a resistência ao passado colonial, que marca a história brasileira, assim como, da maioria dos países africanos e asiáticos, e reforçando o ideal da Escola Inglesa de que as Sociedades Internacionais se manifestam através de características em comum.

Assim, o conceito da Escola Inglesa, de uma Sociedade Internacional (Bull, 2002), que se mobiliza e se prospecta através de projetos em comum é corroborado. No entanto, deve-se considerar que internamente a mídia e a população interpretaram a proposta de Bandung com ceticismo, “A sua imprensa e diplomacia geralmente consideravam Bandung como “os outros”, os “orientais” ou os “não-cristãos”. Quando não eram identificados como comunistas, estavam “perigosamente próximos deles” (Lima, 2020, p. 111, tradução própria)²⁰. Demonstrando que grande parte da população recusava a possibilidade do Brasil participar da criação do Sul Global, desejando enquadrá-lo apenas no bloco das potências ocidentais-capitalistas. Por ser um movimento muito recente, incerto e demonstrar uma ruptura na ordem mundial vigente, que era considerada relativamente estável por seu caráter hegemônico bipolar.

No entanto, Menezes de Bezerra tinha a intenção de focar nas similaridades do maior país da América Latina com os Estados dos maiores continentes do mundo, transmitindo uma identidade que o distanciasse do ocidente. “Ele revelou um país completamente diferente, cujo passado colonial e aspirações anti-imperialistas o aproximaram da Ásia e da África” (Lima, 2022, p. 20, tradução própria)²¹. Portanto, a chance do Sul Global surgir como um bloco

¹⁸ “According to Menezes, Brazil’s status as a multiracial country was a passport to this new world” (Lima, 2020, p. 108).

¹⁹ “through history it was possible to prove that Brazilians, Africans and Asians had the same past and the same aspirations” (Lima, 2020, p. 109).

²⁰ “Its press and diplomacy usually regarded Bandung as ‘the others,’ the ‘Easterners’ or the ‘non-Christians.’ When they were not identified as communists, they were ‘dangerously close to them’” (Lima, 2020, p. 111).

²¹ “He unveiled a whole different country whose colonial past and anti-imperialist aspirations brought it closer to Asia and Africa” (Lima, 2022, p. 20).

independente e com a participação brasileira passou a ser parte da discussão de condução da diplomacia e política brasileira.

O funcionário do Estado brasileiro iniciou essa alternativa

“[...]alegando que o Sul Global deveria forjar um bloco próprio. Portanto, Menezes era um defensor da solidariedade do Sul Global, se por ‘Sul Global’ entendermos um grupo de países cujos interesses conflitavam com os das potências industrializadas, tanto capitalistas quanto comunistas – atravessando as divisões da Guerra Fria” (Lima, 2022, p. 2, tradução própria)²².

Compreende-se que a cooperação entre os países da periferia mundial seria um complemento para a projeção dos interesses compatíveis brasileiros. Ademais, se o país conseguisse o lugar de liderança desejado por Menezes seu poder de barganha e hegemonia regional iria progredir e sua atuação no cenário mundial evoluiria.

Logo, essa alternativa surge entre os grupos políticos brasileiros e contempla-se as relações, os acordos e as decisões específicas que poderiam ser feitas voltadas para o desenvolvimento da participação do país no novo grupo. Consequentemente, permitindo um aumento do escopo diplomático brasileiro e as vantagens políticas que resultam. Hoje, o perfil do Brasil, como um país moderador, que perpetua em ambos grupos, é consolidado, porém trata-se de um exercício político constante.

Outros mecanismos multilaterais como o Movimento dos Não-Alinhados e o G-77 (G-77, [s.d.]) auxiliaram na inauguração de uma nova etapa na história mundial, sendo o pontapé inicial do desenvolvimento das relações sul-sul. Pela primeira vez, países de fora do centro do sistema mundial, seguindo o pensamento grociano, passaram a se organizar em torno de princípios, valores e ideias comuns que serviriam de base para as suas estratégias de atuação externa em um contexto de Guerra Fria (Pereira; Medeiros, 2015, p. 119). Destaca-se que com esse processo os países para além do centro são colocados como um porta-voz legítimo para os países sulistas, no entanto, atua dentro da estrutura propagada pelos países centrais, em uma lógica de ampliação comercial e exteriorização de interesses estratégicos.

Portanto, Bandung foi apenas o começo do processo de institucionalização e fortificação do Sul Global, logo a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o surgimento do G-77, em 1964, se juntaram aos órgãos de representação e agenda desse grupo. A partir de 1967 a América Latina teve uma maior inclusão

²² “claiming that the Global South should forge a block of its own. Hence, Menezes was an advocate of Global South solidarity, if by ‘Global South’ we understand a group of countries ‘whose interests conflicted with those of the industrialized powers, both capitalist and communist – cutting across Cold War divisions” (Lima, 2022, p. 2).

na agenda do Sul, trazendo a questão econômica desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na década de 1950 (Pereira; Medeiros, 2015, p. 131) Aos poucos foi possível notar a capacidade de influência e o peso político que os países em desenvolvimento passariam a exercer no âmbito da ONU. (Pereira; Medeiros, 2015, p. 128) Por meio dessas novas agências internacionais é traduzido o desejo de uma nova ordem econômica mundial, com uma configuração mais justa, o G-77 (Observatório de Regionalismo, 2023)²³, por exemplo, tem o intuito de auxiliar países do Sul a demonstrar e defender seus interesses econômicos, aumentando a capacidade de negociação do grupo em um mundo onusiano. Esse progresso fica aparente, já que em 1978, o conceito de Cooperação Sul-sul foi usado em uma Conferência das Nações Unidas, mostrando uma nova prioridade da agenda internacional.

A maior organização interestatal do mundo atualmente é a Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por mediar e desenvolver projetos em diversos setores (econômico, político, saúde, social, bem-estar, direitos humanos, securitário) no cenário internacional (United Nations, [s.d.]). O Brasil é um dos 51 países membros que fundou a Organização após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido admitido dia 24 de outubro de 1945, mantém uma Missão Permanente com a ONU na sede de Nova York. (Brasil, 2024) Nessa conjuntura, podemos compreender que a Ordem Mundial, vista por Bull (2002) como um complexo de elementos interligados e envolvidos em uma estrutura, é clara, os Estados Soberanos são elementos solos que se conectam bilateralmente, mas também, multilateralmente através de instituições. A partir dos acordos e das negociações que surgem devido a essas entidades passa-se a criar uma Sociedade Internacional baseada em desejos comuns e a cooperatividade dos agentes (Bull, 2002), além de uma conjuntura facilitadora.

Tal organização, com sua proposta abrangente, criou certos programas que facilitam a introdução ou evolução do papel de certos países no tabuleiro global. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pode ser citado como uma dessas possibilidades, trata-se de uma agência de desenvolvimento global, que atua em 170 territórios diferentes. “A cooperação Sul-Sul foi estimulada dentro do novo paradigma de desenvolvimento proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (Ballestrin, 2020, p.3 tradução própria).²⁴ Ademais, tem o intuito de apoiar os esses no âmbito da cooperação internacional e propagar o desenvolvimento sustentável dos países.

²³ Grupo 77 é uma coalizão de países em desenvolvimento, que promove os interesses econômicos e facilita negociações para seus membros.

²⁴ South-South cooperation was stimulated within the new paradigm of development proposed by the United Nations Development Program (Ballestrin, 2020, p.3).

No entanto, um dos principais órgãos de sua estrutura é o Conselho de Segurança e é o principal responsável pela segurança e a manutenção da paz mundial, é formado por 15 membros (5 permanentes e 10 rotativos) e tem uma presidência que varia todo mês (United Nations, 2019). Os permanentes são conhecidos como P5, são eles os Estados Unidos da América, a China, a França, a Inglaterra e a Rússia, ainda, o Conselho pode aderir à imposição de sanções e até autorizar o uso de força (United Nations, 2019). Durante muitos anos, inclusive nos mandatos de FHC houveram tentativas de transformar a participação brasileira em permanente (Cardoso, 2016). Essas negociações serão abordadas durante o capítulo analítico da política externa desse presidente. Os países com cadeira permanente possuem poder de veto nas votações e o resultado tem que ser unânime para ser adotado, principalmente por se tratarem de decisões que definem se serão conduzidos atos de paz ou agressão (United Nations, 2019).

A institucionalização do mundo após a Segunda Guerra Mundial é fundamental para compreender o cenário dos dias de hoje, pois essas representam atores ativos e relevantes que guiam muitas das atividades estatais e da sociedade civil. O poder da organização citada acima na Sociedade Internacional é visível, especialmente, considerando que é um órgão internacional do qual se exigem posicionamentos durante momentos de crise e conflitos armados. Essa nova estrutura representa uma das principais características que levam a configuração realista, centralizada em Estados e nos interesses desses a base da anarquia internacional, para a racionalista que media o campo internacional com conjuntos normativos, é fundamentada nos desejos em comum das partes e incentiva uma Sociedade Internacional (Wight, 2002). Essa última abre a possibilidade de outros agentes além dos Estados soberanos, nessa situação as entidades globais recebem a oportunidade de participar na diplomacia mundial (Wight, 2002).

Contudo, a formulação do Conselho de Segurança recebe críticas por manter os mesmos cinco países com um poder superior ao dos outros membros através da possibilidade de veto, sanções e uso de força que pode ser considerada legítima nesse sistema mesmo não sendo de uma soberania estatal. A configuração atual não permite nenhum país da América Latina nas cadeiras do poder central; apenas um asiático, sendo ele uma das maiores economias do mundo; sobre o abarcamento da Rússia deve-se considerar também que o órgão foi criado em 1945, naquele período a nação Russa tinha acabado de apoiar as tropas aliadas contra os regimes nazistas e fascistas e as três maiores potências ocidentais da época.

Assim, as críticas ao Conselho possuem várias naturezas, algumas sobre o sistema em si e a restrição do poder de veto para essa seleção de países altamente desenvolvidos e pela baixa representatividade do grupo

O sistema de poder de veto no Conselho de Segurança da ONU é indiscutivelmente antidemocrático e impopular e, com base nesse fato, está cercado de descontentamentos e controvérsias globais. Isso se deve à extensão das injustiças infligidas aos países em desenvolvimento que não são detentores de poder de veto”(Iyase; Folarin, 2018 p.109, tradução própria.)²⁵

Mais além, existe a pontuação feita sobre as atitudes dos próprios membros permanentes, que, às vezes, atuam como se estivessem acima da instituição, que lhe concede autorização para usar armamentos bélicos e poder de veto para resoluções. Um dos momentos históricos que retrata com clareza essa situação foi a invasão do Iraque, logo após a saída de FHC, o que demonstra

[...] invasão do Iraque liderada pelos EUA em Março de 2003, sem autorização explícita do Conselho de Segurança para o uso da força, aumentou ainda mais o sentimento de apreensão entre aqueles ansiosos por que o Conselho desempenhasse o seu papel prescrito na Carta no domínio da paz e da segurança (Berdal, 2016,p.7). ²⁶

Tais colocações repercutem até a atualidade um exemplo disso é que em 2022, nos canais midiáticos da própria Organização das Nações Unidas, títulos como “Concluindo o debate sobre a reforma do Conselho de Segurança, os oradores da Assembleia Geral pedem mais representação para os países em desenvolvimento e o fim do poder de veto dos membros permanentes” (United Nations, 2022, tradução própria) ²⁷ demonstram a insatisfação do mundo com o formato da instituição e o pequeno grupo estatal que retém grande parte do poder do globo.

Além das organizações formais concretizadas nesse período, como a ONU e mais tarde o Mercosul, surgem outros formatos de instituições, mais informais, mas que são baseadas também na associação de países com interesses compatíveis. Baseados, também, nos ideais gracianos de ajuda mútua entre os países, certos grupos visando o desenvolvimento em diferentes setores foram criados ao longo dos anos da Guerra Fria. Por exemplo, os grupos: o G7, países mais industrializados do mundo; o G15, bloco que visa o desenvolvimento econômico, criado por países do Movimento dos Não Alinhados e o G20, grupo de líderes financeiros e políticos das maiores economias do mundo (Souza, 2023).

²⁵ “The veto power system in the UNSC, is unarguably undemocratic and unpopular and based on this fact, it’s surrounded with global discontents and controversies. This is due to the extent of injustices inflicted on the developing countries who are non veto holders” (Iyase; Folarin, 2018 p.109, tradução própria.)

²⁶ “[...]the US-led invasion of Iraq in March 2003 without explicit Security Council authorisation for the use of force, added further to the sense of foreboding among those anxious for the Council to play its Charter-prescribed role in the field of peace and security” (Berdal, 2016, p.7).

²⁷ “Concluding Debate on Security Council Reform, Speakers in General Assembly Urge More Representation for Developing Countries, Ending of Permanent Members Veto Power” (United Nations, 2022)

O G7, de 1975, é conhecido como o “grupo dos ricos”, composto atualmente pelos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Itália, já a União Europeia tem representantes, o presidente do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, desde 1981 (Bigg 2024). Com o objetivo de reunir a política, o financeiro e a economia entre as potências industrializadas capitalistas para resolver problemas mundiais como a crise do petróleo e a inflação. Nesse caso, trata-se de um embasamento voluntário dos países, considerando que não existe um corpo burocrático como um tratado de constituição, um secretariado ou uma sede, representa um arranjo internacional bem evoluído por essa característica (Souza, 2023). Ao mesmo tempo, deve-se enfatizar que ele só existe entre uma parcela muito pequena de membros com grandes interesses em comum. (Souza, 2023) Nesse sentido, apesar de ser uma demonstração da passagem de um Sistema Internacional para uma Sociedade, esse movimento solidifica o poder de certas potências como líderes da economia mundial.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso é notável a opinião do ex-presidente sobre esses agrupamentos de potências, apesar de compreender sua relevância para a conjuntura mundial e a globalização, ele defende que há de se impor limites em suas decisões. Além de expor firmemente seu posicionamento de que tais grupos deveriam ampliar a quantidade de membros, considerando, principalmente, as nações em ascensão. Como apontado em um encontro com Tony Blair, ex-primeiro ministro do Reino Unido “Aproveitei para dizer tudo o que eu pensava a respeito da ordem internacional, da reunião de Birmingham, que o G7 não pode ser um diretório para mandar no mundo, eles têm que ouvir países como o Brasil, Índia, China” (Cardoso, 2016, p.418). Essa dicotomia marcou os mandatos do presidente brasileiro que priorizava a participação brasileira nos debates com as grandes potências, todavia também estabeleceu diálogo com países emergentes e argumentou em prol da projeção e poder desses no cenário global.

Vale ressaltar, que o movimento defendido por Hugo Grotius, sobre a criação de leis e entidades internacionais para mediar o cenário e facilitar negociações pode funcionar para abranger um maior número de atores, tornando o espaço mais democrático. Porém, esses grupos também podem gerar elites mundiais e atitudes restritivas para Estados que não preenchem certos requisitos estabelecidos pelas nações que contêm maior poder econômico e político.

Já o G20, formado em 1999, durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, possui um escopo maior e tem como propósito juntar autoridades financeiras globais, como os ministros de Economia e Finanças dos países membros e presidentes dos Bancos Centrais, para controlar os efeitos das crises dessa década (Souza, 2023). Desde a crise de 2008 chefes de Estado e de governo passaram a participar nas reuniões anuais. Atualmente os participantes

estatais são Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, União Africana, União Europeia e a Espanha é uma convidada permanente (Brasil, 2024).

Tendo assim, mais de 80% da produção econômica mundial e mais de 60% da população mundial (Souza, 2023). Seu intuito principal é de gerar um espaço mais equitativo e democrático entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para a discussão da agência internacional. Essa mobilização foi crucial para que alguns dos países excluídos do G7 pudessem se projetar na economia e política mundial, abordando diferentes perspectivas e necessidades. Dessa forma, influenciando diretamente no alargamento da importância dos países do Sul Global, neste ano (2024) o Brasil ocupa a presidência do grupo, o que demonstra ainda mais a ocupação gradativa de países antes considerados semiperiféricos. Essa foi uma movimentação notável de maior alcance dos países considerados não centrais na política mundial, assim, é possível entender a forma com a qual a institucionalização dos programas de desenvolvimento ajudaram a abrir espaços para que esses países adquirissem maior poder de barganha e influência globalmente.

Ademais, temos o G15, conhecido como o Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul e suas operações começaram em 1989, o que é uma clara marca do crescimento da importância de alguns países no Sistema Internacional nas últimas décadas (Souza, 2023). Representou uma estratégia que permitiu a entrada de determinados países para outras entidades globais, como a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o grupo das nações ricas e industrializadas (G7). Em 2024 o bloco comporta 17 membros, sendo eles, Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Egito, Índia, Indonésia, Irã, Jamaica, Quênia, Nigéria, Malásia, México, Senegal, Sri Lanka, Venezuela e Zimbábue (Souza, 2023). Trazendo, assim, uma maior visibilidade para os países que possuem algumas características periféricas, mas que se dispõem a cooperar uns com os outros para se fortalecer em uma estrutura de exploração e comando secular. Nesse caso, o impacto do discurso, dos ideais e dos desejos das comunidades que não estão totalmente alinhadas com as grandes potências, fica muito claro. Além do mais, suas agendas de política externa deixam de ser importantes apenas para um grupo seletivo, e passam a se projetar no Sistema Internacional, começando a construção de uma Sociedade com valores e interesses em comum (Bull, 2002).

A criação de instituições no pós Segunda Guerra Mundial, não se deu apenas no âmbito mundial, mas também apareceram formatos de cooperações regionais que perpetuam até hoje. O fim dos anos 80 representou uma grande mudança no tabuleiro mundial com a queda do muro

de Berlim marcando o término da Guerra Fria, a queda dos regimes autoritários no Cone Sul, o estabelecimento da nova ordem econômica que seguia os padrões do capitalismo ocidental. Um dos resultados dessas alterações foi o Mercado Comum do Sul (Mercosul), bloco econômico criado por algumas nações da América do Sul como uma forma de projeção e integração de suas políticas externas, especialmente, após o período de redemocratização da região.

O Mercosul foi um bloco concretizado em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Mercosul, [s.d]). O bloco foi criado antes de Fernando Henrique Cardoso assumir a presidência, Entretanto, foi durante seus mandatos que tal organização adquiriu um caráter mais relevante, tanto em sua missão de integração da América do Sul tanto na política externa brasileira. Nesse sentido, o bloco foi uma variável fundamental da projeção internacional do Brasil, inicialmente, na América Latina e, logo, mundialmente. Por esse motivo, a questão do Cone Sul é necessária quando consideramos os eixos articuladores da inserção externa do país (Cervo, 2002).

O projeto visava estabelecer uma zona de livre comércio entre esses países, que garantiria a circulação comercial de produtos com menos questões burocráticas e alfandegárias que dificultam as exportações e importações (Mercosul, [s.d]). Em 1995, primeiro ano de FHC no poder, foi idealizada uma Tarifa Externa Comum, que significa um imposto comum e único sobre produtos importados aplicado por todos os membros. Essas decisões econômicas aproximam os países envolvidos ao mesmo tempo que demonstram e projetam essa união para os Estados que não fazem parte da união, geralmente surgem de características e necessidades semelhantes entre os atores, no caso do Mercado Comum do Sul a proximidade geográfica foi um fator marcante para essa criação.

As facilitações trazidas pelo bloco demonstram a conduta política de integração latina e intenção de evolução comercial entre os membros (Silva, 2012). Além de se transformar em um mecanismo político ao longo da década de 90, já que outros países do continente demonstraram interesse em participar do projeto. Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que o Brasil passou a ver e atuar como se o Mercosul fosse um “[...] projeto de alcance bem superior ao de um mero acordo de comércio. Uma vez consolidado e aprofundado, o esquema estaria destinado a expandir-se a todo o território sul-americano unificado num mercado comum” (Ricupero, 2021, p. 591). Assim, é possível notar que as decisões políticas e econômicas de seus mandatos priorizavam as temáticas institucionais e suas capacidades de projeção dos interesses nacionais e regionais, além de valorizarem o comércio e a diplomacia doméstica.

A institucionalização do Sul Global, nesse sentido, se faz relevante, pois abarca vários países e constroi uma estrutura com possibilidades de desenvolvimento e participação para esses. Resistindo, assim, ao caráter seletivo de poder que marca o Sistema Internacional e criando um caminho mais diverso para as discussões mundiais. Nota-se que a formação de organizações e regulamentações dos relacionamentos entre os atores da conjuntura permite uma ampliação das pautas da semi-periferia. Contudo a contestação é necessária constantemente para que tais instituições não perpetuem uma pirâmide de poder elitizada e seletiva.

Ao analisar esses eventos mundiais nota-se o desenvolvimento do Sul Global como movimento de resistência à estrutura que mantinha a mesma congregação de Estados com o poder decisório que afeta todos os agentes do globo. Simultaneamente, constata-se o poder da cooperação visando os interesses estatais e passados históricos dos agentes. A política brasileira da virada do século XXI apresenta um perfil variado e diplomático, sendo capaz de participar de políticas globais e, bastante baseado na diplomacia presidencial de FHC, mas também desferir os interesses nacionais, protegendo e priorizando sua soberania e capacidade como potência.

4. DA AUTONOMIA PELA PARTICIPAÇÃO À INTEGRAÇÃO REGIONAL

O terceiro capítulo diz respeito a uma análise política, centralizada no escopo das decisões que tinham relação com o exterior durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, sendo assim, os interesses e valores apresentados pela diplomacia brasileira nesse período são o foco desse último trecho. Serão abordados os três pilares que conduziam as ações brasileiras no exterior: a busca por autonomia em uma estrutura que começava a permitir a ascensão de países não centrais; o cuidado na manutenção das relações com as grandes potências da ordem capitalista; o começo da priorização das relações com os países emergentes, principalmente, com o fortalecimento regional.

Nessa parte do texto serão destacados trechos de líderes, analistas e profissionais da política para retratar com mais legitimidade os anos de governo de Fernando Henrique. Será mostrado o comportamento do líder brasileiro frente à configuração do mundo naquele momento e a nova posição que o Brasil poderia adquirir no fim da Guerra Fria. A análise apresenta parte das leituras e examina as colocações dos livros “Diários da Presidência”, de autoria de Fernando Henrique Cardoso, que, enquanto presidente, faz uma leitura do próprio período. Ainda, aborda os pensamentos de Parag Khanna, pesquisador indiano, que faz uma análise generalizada dos papéis de alguns países intermediários no sistema internacional e de Tullo Vigevani, professor titular da Universidade Estadual Paulista de Ciência Política e Relações Internacionais, que debate o peso da autonomia e da participação nas pautas internacionais tem nesse governo.

Ademais, algumas das estratégias utilizadas pelo governo serão abordadas e comentadas, como a da diplomacia presidencial, provavelmente, a maior marca da diplomacia de FHC. Foi fundamental para ajudar a legitimar o perfil externo brasileiro em um sistema ocidental e capitalista pós Guerra Fria e pós Ditadura Militar. Conforme citado no primeiro capítulo deste trabalho, a perspectiva abordada valoriza os pensamentos da Escola Inglesa de Relações Internacionais e constrói a ideia trabalhada por Bull (1992) de uma Sociedade Internacional, baseada nos princípios do racionalismo de Hugo Grotius. Além de estabelecer a ideia de hegemonia do Brasil na região, considerando os ideais de Adam Watson e a valorização de projetos como o bloco Mercosul.

4.1 O MECANISMO DA DIPLOMACIA PRESIDENCIAL

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 1931, no Rio de Janeiro. É sociólogo de formação, estudou na Universidade de São Paulo (USP), onde foi professor de ciências políticas e hoje é professor emérito. Além de sua carreira política, que inclui ser senador do estado de São Paulo, Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, possui uma carreira acadêmica que o levou a ser professor em diversas universidades no exterior, principalmente na América Latina, especialmente, na Argentina e no Chile, nos Estados Unidos e na França (Cardoso, 2015). Presidiu o Brasil entre 1995 e 2002, com um cenário marcado pelos resquícios do período de redemocratização internamente e do fim da Guerra Fria externamente.

Desde seu primeiro mandato um dos traços que definiria o governo de FHC seria a mudança do papel do Estado na economia, centralizando na privatização e na livre concorrência de mercado, seguindo assim ideais liberais. O movimento do neoliberalismo vigente no cenário na América Latina nos anos de 1990, atingiu de maneiras diversas cada país, no caso do Brasil, ganhou força no período após a consolidação democrática (Saes, 2001). Desse modo, as mudanças no sistema internacional impactaram diretamente a forma com que a economia e a diplomacia local se encaminharam, de acordo com Silva (2012, p. 22) “a estabilidade da moeda, a consolidação da democracia e a abertura econômica foram o carro-chefe do discurso diplomático presidencial”, isso aponta a reflexão que os valores mundiais têm na agenda doméstica de um país.

O fenômeno do neoliberalismo se espalha pela América Latina através de muitos governos, alguns especialistas, como Amado Cervo (2008) analisaram essa onda político-econômica na região, desenvolvendo, inclusive, novas nomenclaturas para esse processo.

Em nossos estudos sobre as relações internacionais da América Latina, particularmente sobre políticas exteriores comparadas entre Brasil e Argentina, chegamos a elaborar o conceito de Estado normal, em substituição ao conceito de Estado desenvolvimentista, com o fim de dar inteligibilidade ao novo paradigma que se espalhava sobre a região. Embora a experiência precoce do novo paradigma tenha sido lançada pelo regime militar de Augusto Pinochet, no Chile, os governos democráticos dos anos 1990 adotaram-no com entusiasmo. (Cervo, 2008, p. 50)

Esse processo começou no Estado Brasileiro no início da década de 90, quando o presidente Fernando Collor de Mello estava no poder (1990-1992), mas foi consolidado com FHC (1994-2002). Existem diversas críticas à esse movimento e a forma como ele evoluiu rapidamente, nas palavras de Amado Cervo (2008, p.52):

No Brasil, em razão de abertura econômica indiscriminada, e longe do equilíbrio interno-externo, aprofundaram-se dependências estruturais com relação ao exterior de

modo a fazer prevalecer sobre o interesse nacional os interesses carregados pelas forças transnacionais da globalização.

Realmente, o aumento dos investimentos externos e, conseqüentemente, a dependência deles pode vir a ser um problema para o desenvolvimento interno e externo do Estado. Contudo, deve-se ressaltar a estratégia, amplamente utilizada, da diplomacia presidencial que colocou a imagem de Fernando Henrique, simpático à ordem capitalista vigente, como fundamento da política externa. Tal técnica ajudou o desdobramento da manutenção e criação dos relacionamentos, o que levou o Brasil a adquirir uma posição de maior barganha no Sistema.

O professor André Luiz Reis da Silva aponta que “[...] a política externa do governo Cardoso foi marcada pelo apogeu e crise da matriz neoliberal de inserção internacional do Brasil que, desde o início dos anos de 1990, tinha como pressupostos a adaptação do Brasil ao processo de globalização e a adoção de políticas neoliberais” (Silva, 2012) Após a queda do regime militar no Brasil houve um período de abertura política, econômica e social do país, entre o início dos anos 90 e dos anos 2000 mais de 165 empresas federais passaram pelo processo de privatização, por mais que o início desse movimento tenha se dado por Collor, atinge seu pico nos mandatos de Fernando Henrique (Soares, 2004). É notável a marca que essas estratégias político-econômicas têm nesse período da história brasileira, ressalta-se que os setores mais atingidos foram o siderúrgico, e petroquímico, de transporte, de telecomunicações, de mineração e de eletricidade (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019).

A busca de redefinição envolveu ativamente o Ministério da Fazenda, inclusive na gestão Ciro Gomes, quando a adesão aos valores preponderantes no cenário internacional traduziu-se em ações centradas na busca de estabilidade econômica. Isso levou à manutenção da desgravação tarifária (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

Contudo, esse processo trouxe a responsabilidade de fiscalização desses serviços por parte do Estado, logo criaram-se agências reguladoras independentes, que tinham a proposta de ser uma interferência estatal indireta. Por exemplo, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), a ANP (Agência Nacional do Petróleo), a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), entre outras. Assim, criam-se “novas formas de parcerias entre Estado, Mercado e Sociedade” (Cohn, 1999).

Dessa forma, o Estado Brasileiro recebe a tarefa de gerenciar, não mais controlar, a economia de muitas de nossas grandes empresas, tal evento alterou a balança de poderes interna,

consequentemente modificando a apresentação do país para os outros atores do campo internacional.

Estabelece-se, a partir daí, na agenda pública, uma comunhão artificial entre reforma administrativa do Estado e reforma do Estado, que passam a ser tidas como sinônimos, deslocando-se uma vez mais a questão social para o espaço do questionamento sobre capacidade técnico-burocrático-administrativa do aparato estatal (Cohn, 1999).

Claramente, o Brasil estava se adequando ao modelo do capitalismo ocidental apresentado pela principal potência da época e que ganhava cada vez mais espaço no cenário mundial. O objetivo nacional era atrair investimentos externos, fortalecer as relações com os grandes poderes da época, ao mesmo tempo que incentivava o Brasil a se estruturar internamente para melhor projetar sua autonomia (Saes, 2001).

Seu governo ficou conhecido pela diplomacia presidencial, que significava “a condução pessoal do processo decisório de política externa e que acabou sendo a marca da gestão Fernando Henrique Cardoso” (Silva, 2012). Essa foi uma estratégia encontrada por sua gestão para legitimar a política externa brasileira, pois Fernando Henrique Cardoso representava uma autoridade condizente com os valores da nova ordem econômica, ao mesmo tempo em que não se fechava totalmente a outros parceiros. Era considerado um profissional eficiente, além de pessoalmente ser uma pessoa que teve acesso à muita informação, o que era demonstrado através de sua formação, seus discursos e inclusive o domínio de outros idiomas.

Nas palavras de Rubens Ricupero (2021, p.601), “Nunca havia sido tão intensa sua ‘diplomacia presidencial’, que já antes lhe valera o reconhecimento dos principais líderes mundiais e a inclusão do Brasil em muitos foros de discussão e decisão dos quais havia estado ausente”. Sendo assim, a imagem pessoal de Fernando Henrique passa a ter um peso muito grande para o comando da diplomacia brasileira da década de 90. Para muitos, a forma com que tal presidente conduziu as políticas tanto no ambiente interno quanto no internacional foi essencial para aumentar os investimentos externos diretos no país, pois suas projeções geraram condições favoráveis.

Desse modo, vale ressaltar que “A nova diplomacia procurou construir a imagem do Brasil como uma liderança regional que procurava uma inserção global por meio da adesão aos regimes internacionais, da abertura econômica e da transformação do país em uma área atrativa aos novos investimentos” (Silva, 2012, p. 23). O que demonstra a habilidade do país sulamericano de acompanhar o sistema liberal do mercado internacional, enquanto representa

uma liderança local. O que é simbolizado pela focalização no Mercosul, e na maneira como a união regional torna a projeção internacional mais forte.

Uma das marcas de seus mandatos foi a dedicação à agenda global desde o início, como pode ser visto nesse trecho que narra uma noite em fevereiro de 1996, apenas dois meses após a posse “Dei um jantar inédito aqui em casa, juntando diplomatas e economistas para discutir com profundidade a situação do México. Há sinais de preocupação na área internacional, a Hungria, a China, têm dificuldades, a Itália pode vir a ter” (Cardoso, 2015, p. 71). Portanto, é possível concluir a importância que o presidente Fernando Henrique dava aos acontecimentos dos outros atores e compreendia como esses afetam o Brasil. Sérgio Danese (1999, p. 38) destaca essa característica: “Em dois anos e meio de mandato, o presidente cumpriu uma agenda de 47 compromissos internacionais (viagens e escalas), cobrindo praticamente todo o leque das principais modalidades da diplomacia de visitas, deslocamentos e encontros”. Tal comportamento é uma reflexão direta da agenda governamental do período, ou seja, do conjunto de assuntos que seriam priorizados e considerados ao desenhar as políticas públicas e, conseqüentemente, eram incluídos nas decisões econômicas e sociais do Estado. Trata-se de uma técnica que seleciona quais debates domésticos e externos precisam ser formulados, atualizados ou desconsiderados, a agenda governamental é altamente influenciada pelo contexto, mas, também, pelas ideologias de governo.²⁸

Do ponto de vista de um mundo interligado e do papel das relações internacionais essa estratégia é fundamental para a projeção do país como um membro relevante do globo e, inclusive, um possível líder regional. As políticas internas e externas desse governo representam uma leitura virada para a Sociedade Internacional, pensada por Bull (1992).

A priorização das interações mundiais ficam, estatisticamente, claras nesse período da política brasileira.

Contabilizando os dois mandatos, o presidente Cardoso visitou 44 países em 96 viagens. De seus 2.922 dias no comando do País, 374 (um ano e 9 dias) foram dedicados às viagens internacionais. Embora a face mais evidente da diplomacia presidencial fosse suas constantes viagens ao exterior e recepção de autoridades estrangeiras, ela também significava um novo modo de gestão diplomática e processo de tomada de decisão (Silva, 2012, p.23).

Torna-se evidente que essa estratégia política tem, conseqüentemente, um grande impacto na capacidade de projeção e no papel do Estado Brasileiro, desse modo, os pilares da

²⁸ Informações Verbais de autoria de João Henrique Salles Jung, durante a aula de Política Externa Brasileira do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica, em agosto de 2023.

diplomacia nesse governo, a autonomia, a participação e a integração, recebem destaque. “De acordo com a nova perspectiva do governo, o país passou a ter maior controle sobre o seu destino e a resolver melhor seus problemas internos pela participação ativa na elaboração das normas e das pautas de conduta da ordem mundial” (Fonseca Júnior, 1998, p. 363-374). Assim, fica claro a condução das políticas internas e externas e que essas são voltadas para a colocação do Brasil no cenário internacional.

Durante sua coleção de livros “Diários da Presidência”, Cardoso narra alguns de seus dias no poder dando grande ênfase para suas viagens de Estado e negociações com outras nações representando não apenas o Brasil, mas os blocos no qual este está inserido, como o Mercosul, que assume um papel de protagonismo em seu governo. Já no primeiro livro comenta “Por mais que achem que eu viajo muito, essas viagens têm sentido para o Brasil, nós aprendemos” (Cardoso, 2015, p.461). A partir dessa constatação conclui-se a percepção do sociólogo sobre a relevância da conjuntura mundial para a condução do desenvolvimento nacional. Ao longo dos volumes da obra, pode-se notar a visão crítica que Fernando Henrique faz do Sistema Internacional e do papel do Brasil nesse, trazendo pautas de debate como a possibilidade de entrada do país no Conselho de Segurança da ONU.

Demonstrando sua atuação direta nas temáticas diplomáticas envolvendo seu país, o que foi uma característica de sua liderança por conta da intensidade da agenda internacional durante seu mandato e da ênfase dada pelo discurso diplomático brasileiro do período, voltado para diplomacia presidencial (Danese, 1999). Para destacar a importância que essa estratégia teve na condução da diplomacia brasileira de 95 até 2001, é colocado por Danese (1999, p.37):

Já no seu início, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso colocou a diplomacia presidencial, na vertente das visitas oficiais, no foco das atenções da mídia, da opinião pública, do Congresso e dos meios acadêmicos. Na verdade, o impacto dessa diplomacia foi de tal ordem que gerou a impressão nítida de que se estava criando a diplomacia presidencial brasileira a partir do zero.

O presidente brasileiro demonstrou boa capacidade de interpretação e atuação no Sistema, seu comentário de 1999 é uma ótima demonstração de sua projeção econômica “me parece que a lógica do sistema mundial vai ser ter o dólar como moeda em nossa área, na Europa outra moeda, o euro, e outra na Ásia, o iene” (Cardoso, 2017, p. 62). Assim, uma análise feita em 2024, permite observar a habilidade do ex-presidente nesse sentido. Apesar de se adequar a muitos valores tidos como globais após o fim da Guerra Fria, Fernando Henrique Cardoso também questionava e defendia o lugar do Brasil nessa nova configuração, um dos tópicos mais debatidos durante o início de seu governo foi o Conselho de Segurança da ONU e a possível participação brasileira.

4.2 MANUTENÇÃO DE ALIADOS E PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA

Um dos pilares da diplomacia apresentada nos mandatos de FHC era justamente a introdução, de acordo com a estrutura capitalista, do Brasil como um ator soberano e autônomo, mas levando em consideração a continuidade da relação amigável com as grandes potências do sistema. "[...]as transformações ocorridas no Brasil nos aproximaram, por decisão própria, desse curso central da história mundial, em uma era na qual a democracia política e a liberdade econômica são as referências fundamentais" (Lampreia, 2001, p. 2). Uma dessas estratégias era a de ampliar o papel ou envolver o país nas organizações internacionais vigentes, especialmente, ficou conhecido o desejo brasileiro de participar do Conselho de Segurança, órgão onusiano com maior poder de coerção.

As interações do Estado Brasileiro com os países fora de sua região foram fundamentais para a consolidação do papel país no Sistema de Estados e na Sociedade Internacional, que passava por atualizações em sua configuração. "Foi exatamente nas relações extra-hemisféricas que a diplomacia de Cardoso procurou construir uma rede de relações que lhe garantisse maior margem de autonomia e oportunidades" (Silva, 2012, p.26). É possível reparar o cuidado do direcionamento diplomático do presidente, ponderando os interesses e as estratégias nacionais.

Para essas negociações, o presidente sabe que o suporte dos outros países é extremamente relevante, em um mundo globalizado e baseado em alianças. Um dos assuntos centrais, no começo do governo de FHC, foi a possibilidade de uma cadeira no Conselho de Segurança, "Também foi basicamente nas relações extra-hemisféricas que o Brasil explicitava sua candidatura ao Conselho de Segurança, granjeando apoio de vários países (Portugal, Alemanha, Rússia, China, Japão, Índia, África do Sul e Cabo Verde)" (Silva, 2012, p. 27). Esse escopo mostra a abrangência da política externa brasileira e a intenção de integrar cada vez mais os pareceres globais.

Por esse motivo, aborda tal assunto ao decorrer de suas visitas estatais, menciona a opinião do presidente da França na época (Jacques Chirac), por exemplo, "Chirac é francamente favorável a que o Brasil tenha um lugar no Conselho de Segurança" (Cardoso, 2015, p.600), um de seus maiores contatos do mundo ocidental durante a presidência.

Ademais, o amparo de mais poder ao Estado Brasileiro não era exclusivo dos países que seguiam o padrão ocidental e capitalista que se expandiu no pós Guerra Fria, o próprio Cardoso confirma isso em uma viagem à China (2015, p.345):

A China reafirmou, e eu naturalmente, as afinidades com o Brasil, a parceria, essa coisa toda, um pouco na linha formal, mas um pouco também uma decisão clara de aproximação com o Brasil. Mencionei de passagem o Conselho de Segurança, ele também de passagem reafirmou a possibilidade de seu país nos apoiar.

Cada vez mais, o gigante asiático se tornava valioso para o alavancamento do financeiro brasileiro, em vista disso, o parecer chinês era fundamental (Khanna, 2008). Sem contar que era o outro membro do Conselho, mas também dialogava mais profundamente com o Movimento dos Não Alinhados e com as economias emergentes. Além disso, a própria China representava uma nação em ascensão e o presidente sabia que o suporte dos países que estavam aumentando suas relações e investimentos era essencial, até mesmo os que não eram membros do órgão em questão (Cardoso, 2015).

Ainda, a intenção brasileira de entrar no Conselho de Segurança, pois, caso esse feito se concretizasse seria um evento sem precedentes para os países em desenvolvimento, a possibilidade de representação e uma nova perspectiva dentro de uma das instituições internacionais com maior poder coercitivo do Sistema. Por essa razão, a opinião de líderes dos Estados da América Latina e de outras potências emergentes é relevante para o debate, em uma conversa com Fidel Castro, Fernando Henrique comenta que o líder cubano

Está preocupado também com a falta de direção do mundo. Fidel esteve com Yeltsin na África do Sul e me contou que ele acha que o Brasil tem que ir para o Conselho de Segurança. Fidel disse que lançou a ideia de haver dois ou três membros da América Latina no conselho, para facilitar as coisas, para evitar a alternância (Cardoso, 2016, p.689).

Adicionalmente, podemos considerar que quanto mais países aderirem a ideia, mais benéfico seria para a pauta brasileira, mesmo que esses não fossem, necessariamente, membros do Conselho ou comunidades muito próximas ao Brasil. Como exemplo, pode-se citar o primeiro ministro da Bélgica, Jean-Luc Dehaene, que em 1995 “disse com clareza que apoiava a entrada do país no Conselho de Segurança” (Cardoso, 2015, p.243). Demonstrando, assim, como o respaldo global tornou-se cada vez mais pertinente em um sistema altamente interligado e dependente de alianças, negócios e acordos.

Ainda, a criação e manutenção de instituições como detentoras de poder e agentes mediadores de interações diplomáticas reflete o enfoque nas organizações do sul e o seu uso como uma ferramenta facilitadora da projeção dos interesses de seus membros. Especialmente, enfatiza-se nessa pesquisa a interferência desses mecanismos fundados na América do Sul, pois a acentuação do interesse nessa região acabou gerando estratégias dos países sul americanos de integrar mais a agenda global. Enfatizando características da política latina de Cardoso, Guilhon

Albuquerque comenta que “em nenhum outro período, desde a Revolução de 1930, o entorno regional do Brasil mereceu tanta prioridade. A América do Sul e o Cone Sul ocuparam o centro da política externa brasileira.” (Albuquerque, 2002, p. 10) Nesse período, talvez pela primeira vez, a relação com o Norte global foi ajustada visando as prioridades e interesses sulistas.

Isso se deu, em parte, devido ao aprofundamento da importância do Mercosul, e, conseqüentemente, do protagonismo brasileiro, o envolvimento com a estrutura liberal institucional facilitou a penetração desses países considerados periféricos. “Para Fernando Henrique, a prioridade número 1 seria, conforme declarou em numerosos discursos, consolidar e aprofundar o Mercosul como etapa inicial de sua eventual ampliação na perspectiva da integração sul-americana” (Ricupero, 2021, p. 594). Tal fenômeno ocorreu devido à busca de um acordo do Mercado Comum do Sul com a Comunidade Andina (CAN), bloco econômico formado por países membros mais ao norte da América do Sul, como Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, mesmo que em uma configuração de negociação direta com cada país, como expresso na Cúpula da América do Sul, que aconteceu em 2000, na capital brasileira. Segundo André Reis Silva (2012, p.25) salienta que:

a ampliação e o fortalecimento da América do Sul, em 2000, com a I Cúpula de presidentes da América do Sul, ocorrida entre 31 de agosto e 1º de setembro. Nessa Cúpula, foi relançado o projeto de integração da América do Sul em Brasília, com a participação dos 12 presidentes da América do Sul, sendo a primeira vez em que todos os chefes de Estado do continente se reuniram.

É necessário ressaltar que durante o período em que Fernando Henrique Cardoso estava liderando o Brasil, houve muitos desenvolvimentos econômicos, não só dentro do Brasil, mas em suas relações com a região, como a Cúpula das Américas, que lançou a possibilidade da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em dezembro de 1994, quando Itamar era presidente, mas FHC já havia sido eleito. E as instituições globais também se expandiram nesse setor, a Rodada do Uruguai, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), foi realizada nesse mesmo mês e criou a Organização Mundial do Comércio, vigente até hoje, é o órgão internacional responsável pelo comércio global (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

O Mercado Comum do Sul foi criado durante o processo de redemocratização de alguns países do Sul da América, alguns anos antes da vitória presidencial de Fernando Henrique Cardoso, contudo, durante os mandatos desse, o bloco passou por alguns fatores que o solidificaram como protagonista da Política Externa Brasileira (Silva, 2012). Os laços com o Chile, nação de contorno do Mercosul, se fortaleceram através do Acordo Complementação Econômica (ACE) 35, primeiro acordo de livre comércio entre o bloco e um terceiro país.

Assinado em junho de 1996 tinha como propósito desenvolver investimentos recíprocos, estabelecer uma área de livre comércio entre as Partes gerando aumento da colaboração energética, tecnológica e científica (Brasil, 2022b).

Foi através desse processo que o Chile se tornou o primeiro Estado-Associado do Mercosul, esse desenvolvimento faz sentido do ponto de vista do entorno estratégico brasileiro e por criar uma associação baseada em valores, interesses e necessidades em comum dos membros (Brasil, 2022b). Esse comportamento seria um exemplo da Sociedade Internacional proposta pelo viés racionalista da Escola Inglesa de Relações Internacionais, pois mesmo com um corpo de normas mediando a atuação entre os Estados tal acordo é feito baseado nas semelhanças e nos desejos das partes. Sobre o perfil da relação do Chile com o Mercosul podemos citar que na XII Reunião de Cúpula do Mercosul, em 97, o presidente chileno da época, Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), pronunciou-se apoiando a interação política, até mesmo no quesito da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), mesmo não sendo um membro de corpo inteiro do bloco sul-americano. (Cardoso, 2016, p. 233)

Já o Acordo de Complementação Econômica (ACE) 36 firmado em dezembro de 1996, acordo com a Bolívia que demonstrou o comprometimento com o entorno estratégico, seus objetivos eram estabelecer medidas jurídicas e institucionais para a cooperação e integração econômica e física entre os países (Brasil, 2022a). Com o intuito de fornecer um espaço que facilitaria os investimentos, a livre circulação de bens e serviços visando estabelecer uma área de livre comércio em até 10 anos. Outrossim, o desenvolvimento da infraestrutura e dos meios de comunicação e transporte. Os resultados desses primeiros passos de aproximação têm efeitos que repercutem até hoje, como no debate atual de aderência do país da comunidade andina no bloco sulista (Brasil, 2022a).

Com a globalização e a institucionalização surgem novos meios de integração, para além das transações estatais, atualizando-se com a realidade das estruturas vigentes e das estratégias de acordos. Salienta-se, então, que o Mercado Comum do Sul teve sucesso na articulação local e, ainda, logrou chamar a atenção de outros blocos econômicos, configurando, assim, um interlocutor legítimo tanto em fóruns multilaterais quanto nos acordos bilaterais (Silva, 2012). Seguindo esse novo padrão, adicionalmente da integração regional, o bloco do cone sul da América começou uma série de negociações com a União Europeia, contudo, uma das maiores dificuldades na conexão entre atores são os níveis díspares de poder econômico, político e de influência.

Assim, o reforço da defesa do Mercosul como organização autônoma e independente, capaz de conciliar seus interesses com outras, mas sem se colocar em uma posição submissa.

“O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que o Mercosul não irá pedir nenhum favor à União Europeia, ao longo da possível negociação de um acordo de livre comércio entre os blocos” (Marin, 1999). O destaque desse comportamento é necessário, não apenas internamente, valendo-se da importância do maior país do bloco, mas para a consolidação da instituição do Mercado Comum do Sul como representante dos interesses comerciais de alguns países da América do Sul. Exemplificando o fortalecimento do processo de institucionalização do Sul Global e o desenvolvimento de uma conjuntura de Sociedade Internacional, na qual, por meio de legislações, contratos e acordos, os negócios internacionais são realizados, à vista disso, “Esse acordo, que está em negociação, estabelecerá as regras para os processos contra terceiros países suspeitos de práticas desleais de comércio” (Marin, 1999). É possível notar que uma porcentagem de assuntos estatais são cedidos, a alguns desses mecanismos, fazendo com que esses, adquiram a habilidade de agir, conceder ou negar certas transações em nome de seus respectivos governos centrais. Esse novo comportamento mundial prevê legitimidade e maior autoridade aos órgãos internacionais.

No caso do acordo entre o Mercosul e a União Europeia o maior problema era a “Questão agrícola, do protecionismo europeu” (Cardoso, 2016, p. 121) , e isso repercute até os dias atuais, como divulgado por uma reportagem da Folha de São Paulo na metade do ano de 1999 “Por enquanto, a possibilidade de acordo entre o Mercosul e a UE está em suspenso. Ficou abalada na semana passada, quando a França vetou a negociação da abertura do setor agrícola antes de 2003 -o prazo final da Rodada do Milênio da OMC (Organização Mundial do Comércio)” (Marin, 1999). Inclusive, o próprio Fernando Henrique, em suas obras, comenta sobre os conflitos para a evolução do acordo, que notava durante reuniões entre autoridades estatais (Cardoso, 2016, p. 89):

Estavam lá alguns ministros, o [Malcolm] Rifkind, ministro do Exterior, o ministro do comércio [Anthony Nelson] da Inglaterra, e Leon Brittan [Comissário das Relações Exteriores da Comissão Europeia], que é o homem do Mercado Comum e quem cria as maiores dificuldades às nossas negociações com a União Europeia, desta com o Mercosul e tudo mais.

Apesar das dificuldades da negociação, o que procura-se destacar é o início das discussões e possibilidades de contato e acordos entre esses dois blocos. Pois, são esses os eventos que abrem espaço para o Sul Global no cenário mundial, mesmo que através do sistema liberal no qual predomina o liberalismo institucional. É factível relacionar essa nova conduta diretamente com a do presidente Fernando Henrique Cardoso, já que, um dos traços mais

marcantes de sua política externa é a divisão de prioridades entre as potências centrais e as periféricas.

Ao mesmo tempo, se considera que alguns traços do Sistema Internacional tendem a permanecer na Sociedade Internacional, como a soberania dos Estados. Nesse sentido, apesar de um grupo de países ligados por tratados ou acordos terem responsabilidades em comum, determinadas questões são particulares de cada país. Entre a UE e o Mercosul salienta-se a questão da França, mesmo que com um relacionamento amigável com o Brasil, a agricultura frágil acabou levando à problematização do acordo. Em junho de 1999 é apresentado que

[...] o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, afirmou que está confiante no lançamento das negociações ainda neste mês. Ele acrescentou que vem discutindo paralelamente com a França e que esse país estaria disposto a arcar sozinho com o peso de ter inviabilizado um acordo que é de interesse da UE (Marin, 1999).

De tal modo, o poder dos Estados não é retirado pelas instituições, pois, assim como no Sistema Internacional, esses são soberanos, contudo essas são uma demonstração de projeção e integração entre tais atores.

No entanto, temos que considerar a institucionalização global como um processo, que foi evoluindo pelas necessidades e vontades dos atores, diante disso, algumas problematizações se davam pela dificuldade de integração, que era um movimento que passava a se fortalecer pós Segunda Guerra. Conseqüentemente, os países considerados do Sul Global também passavam por essa movimentação e aprendizado “Atualmente, cada membro do Mercosul tem a sua própria legislação sobre o assunto, o que enfraquece o poder de barganha do bloco”. (Marin, 1999) Em razão disso, os mandatos de FHC devem ser analisados nessa perspectiva de transação da conjuntura mundial e de crescimento do poder desses grupos. Nessa perspectiva, tanto o Sul Global como a Sociedade Internacional se fortificam durante esses anos e o Brasil acaba participando e se beneficiando de ambos.

Não eram apenas as autoridades nacionais que viam no Brasil um possível líder para a algumas das pautas da periferia e sua reivindicação no sistema, o primeiro-ministro de Portugal, hoje Secretário Geral da ONU, António Guterres, foi um dos que demonstrou a confiança no Estado Brasileiro para tal papel. “Ele [António Guterres] (...)espera que o Brasil tenha um papel mais ativo no Mercosul, no sentido da institucionalização. (...)acredita que o Brasil pode ter um papel forte na CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] e na política africana” (Cardoso, 2016, p. 585). Sendo assim, a construção de um perfil de liderança e de diversidade

diplomática é idealizado para a nação brasileira, que é vista como capaz de se mesclar com ambos os grupos, além de defender seus interesses no processo.

Como visto, a continuidade do suporte das grandes potências sempre é relevante quando se trata da tentativa de ascensão da diplomacia de um país, e, no período estudado, o Brasil recebia muita atenção dos atores ao redor do mundo, tanto para as políticas estatais quanto para a participação em órgãos multilaterais. No entanto, é importante ressaltar o alto contato com os países da Europa ocidental, especialmente, Portugal, com António Guterres (1995-2002) e a França de Jacques Chirac, presidente entre 1995 e 2007. Como já citado, “Guterres tem um interesse enorme na aproximação entre Europa e Mercosul, tem visão estratégica, sabe que isso é vital para o Mercosul e que também é bom para a Europa” (Cardoso, 2015, p. 237). Apesar da facilitação dos acordos através das instituições, a questão particular da ascensão da economia brasileira também trouxe a possibilidade de aproximações bilaterais, “Há um clima impressionante de absoluta fraternidade entre a liderança portuguesa e o Brasil” (Cardoso, 2017, p. 151). O que demonstra a potência do Estado Brasileiro por si só, sem depender apenas da região ou das organizações, mas sim do potencial apresentado pelo país.

A ênfase nos países considerados periféricos e com o movimento de descolonização agora as nações europeias buscavam novos formatos de influência e aproximação, muitos através da cooperação bilateral ou por organizações. Também, representa a compreensão do surgimento dessa Sociedade Internacional interligada e considera o passado histórico que aproxima ambas nações.

Há de se considerar que os posicionamentos dos Estados considerados do Sul Global eram de interesse dos agentes do centro, pois, muitos representavam economias em desenvolvimento, ampliação de mercados, novas políticas de integração e alterações no tabuleiro mundial. Isso é demonstrado em algumas passagens dos “Diários da Presidência” “Chirac (...) muito interessado na Cúpula Latino-Americana e Europeia, que vai ser no Rio de Janeiro” (Cardoso, 2016, p.606), o comportamento do líder europeu é apenas um exemplo de que as associações do Sul Global passaram a ser mais considerados pelos países centrais. Além dos possíveis interesses nos negócios bilaterais com o Brasil, o que também foi priorizado por Cardoso (2015, p.599)

Reuni-me em seguida com Chirac. Conversa extraordinária, ele com muita compreensão da situação do mundo, do Brasil, com disposição de ajudar, contente porque tínhamos pago nossos atrasos para o Banco de Paris, com a França também, e autorizamos reciprocamente a entrada, sem visto, de turistas brasileiros na França e de franceses no Brasil

Conclui-se que mais Estados passaram a fazer parte da agenda internacional, além de ocuparem um maior espaço e poder de barganha, pois faziam parte de planos estratégicos dos atores que concentravam maior quantidade de poder. Como pode ser observado no diálogo entre o presidente brasileiro e o francês na Alta Cúpula da França, “Chirac insistiu na necessidade de o Brasil não ficar ilhado numa relação hemisférica com os Estados Unidos, parece que essa é a obsessão francesa” (Cardoso, 2016, p. 119). Desse modo, o país adquiriu um caráter de disputa internacional por suas capacidades de desenvolvimento e influência, que geram desejos e possíveis desavenças estratégicas para os interessados.

Mais Estados europeus aumentavam gradativamente a presença na política externa brasileira, por meio de acordos entre os governos centrais, mas muitos por meios institucionais

[Manuel] Marín, da Espanha, vice-presidente da Comissão Europeia, que está muito empenhado num acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Foi sensacional, o Marín disse claramente que estão decididos a fazer um acordo conosco, com o Mercosul. Trata-se de um acordo importante, ele sabe das dificuldades, mas é uma decisão política em nível europeu (Cardoso, 2015, p.243).

Constata-se que muito do avanço desses relacionamentos deu-se pela nova estrutura de organizações, que moldava o tabuleiro mundial e as novas estratégias diplomáticas. Entretanto, retoma-se que ao discutir a política externa de Fernando Henrique Cardoso uma das características basilares para seu entendimento é a diplomacia presidencial, ou seja, a imagem estatal era diretamente atrelada à imagem pessoal do presidente. Essa tática foi muito benéfica nas cordialidades com nações centrais, fabricando uma maior dimensão às atitudes brasileiras.

Nesses anos o interesse alemão na América do Sul e no Mercosul aumenta e muito disso se deve a pessoalidade do contato entre os líderes, como colocado pelo primeiro-ministro da Alemanha, Helmut Kohl, “Vamos fazer o seguinte: relação direta, pessoal, eu e você(...) para fazermos uma grande iniciativa alemã-brasileira no ano que vem, possivelmente no campo da ecologia, para mostrarmos ao mundo que o Brasil e a Alemanha estão unidos” (Cardoso, 2015, p.247). Isto posto, entende-se que mesmo ampliando o escopo para o Sul Global, o presidente manifesta determinada habilidade para não perder os aliados tradicionais.

Adicionalmente, amplia-se a relação com os parceiros, não só dentro da própria Europa, o que registra alguns marcos da associação do Brasil com esse continente. Por exemplo, foi nessa fase que ocorreu a primeira visita oficial de um chefe de governo holandês ao país (Cardoso, 2016, p. 770). Mas também com os próprios países da América Latina, pois houve um jantar no Itamaraty em homenagem ao presidente do Paraguai, González Macchi, que também prestava uma visita oficial ao país, a primeira de um presidente paraguaio (Cardoso, 2017).

Houve, inclusive, inquietações de países que não queriam perder o contato com o Brasil, muitos considerando o peso das organizações na nova agenda mundial. Por exemplo, a “Suíça, que é o quinto investidor no Brasil. Muita preocupação com o que vai acontecer com a União Europeia e o Mercosul. A Suíça não pertence à União Europeia, teme ficar de lado” (Cardoso, 2016, p. 475). Desse modo, uma das táticas utilizadas pelos atores que queriam se manter próximos ao maior país da América do Sul, era privilegiar não apenas as negociações bilaterais, mas a contribuição por meio de instituições.

O premiê britânico, Tony Blair, foi outro líder europeu que focou em fortificar a conexão com países como o Brasil, “Ficou clara a intenção de apoio do Tony Blair, para uma cúpula entre Europa e América Latina” (Cardoso, 2017, p. 153). Para isso, o líder de governo da Inglaterra também fez uso das ferramentas institucionais, pois o escopo de nações envolvidas aumentava, além de atrelar novos aliados.

O governo de Cardoso ficou bastante conhecido pela atração de investimentos externos na economia nacional (Saes, 2001) e o caráter pessoal que as relações estatais adquiriram foi essencial para a concretização dessa estratégia de imagem. Nesse sentido, a conquista de novos parceiros era tão importante quanto a manutenção de relações já estabelecidas com economias desenvolvidas, que poderiam prover esse investimento no Brasil. Aqui, frisa-se o papel da hegemonia americana na diplomacia brasileira. Visto que, apesar de já ser a maior potência do continente, com a queda da União Soviética, sua proporção no Sistema Internacional alcançou níveis sem precedentes para o país norte americano.

Por esses motivos, um dos fatores mais marcantes na conduta diplomática e política de Fernando Henrique Cardoso, era a forte ligação com os Estados Unidos da América. Vale ressaltar, que grande parte dessa relação se deu graças ao relacionamento pessoal com o então presidente dos EUA, Bill Clinton, que assumiu a presidência entre 1993-2001. Seus mandatos coincidiam da mesma forma que muitos de seus interesses, os Estados Unidos representavam a maior potência pós Guerra Fria e, conseqüentemente, um aliado muito poderoso. Enquanto isso, o Brasil representava a possibilidade de parceria com o maior país da América do Sul, com uma economia em desenvolvimento, um grande mercado e uma possível ponte com outros países do Sul Global, principalmente, das Américas.

Um dos tópicos centrais das discussões entre esses líderes americanos era a possibilidade de entrada do Brasil no Conselho de Segurança “Mencionei-lhe o Conselho de Segurança, que era um modo de o Brasil ter uma participação maior e também de os militares se sentirem desempenhando um papel mais consistente, o que igualmente fortaleceria a democracia, e falei na questão do sistema financeiro internacional” (Cardoso, 2016, p.123). É

relevante considerar que essa era uma clara demonstração dos interesses brasileiros no cenário mundial. Reforçando, assim, uma característica marcante desse governo, priorizar interesses nacionais e defender a nação como soberana e autônoma.

Fernando Henrique demonstra discutir em uma reunião com Clinton questões continentais, afirma ter se impressionado com a visão do líder estadunidense em uma reunião privada, sobre isso, Cardoso comenta (2016, p.604):

Quanto à América Latina, ele reconhece o papel do Brasil e o meu, em particular, porque acha que somos três ou quatro líderes no mundo e que seria um desastre se o Brasil não percebesse isso e não me reelegesse, pelo que podemos desempenhar no mundo. (...) Ele acha que o Brasil deve entrar em ação na Colômbia, sabe que no resto da América do Sul temos condições de atuar de maneira construtiva.

Reforçando a ideia de que o presidente brasileiro era visto mundialmente como um possível líder regional, sua perspectiva e suas políticas eram bem aceitas pelas potências ocidentais. A visão do Estado Brasileiro como uma ponte entre os países centrais e os periféricos é enfatizada aqui, ademais do papel regional muito destacado pelos líderes mundiais. Esse perfil gera muitas vantagens para a diplomacia brasileira, primeiro permite que o leque de aliados seja bastante diversificado, além disso, consegue negociar com um maior poder de barganha por sua influência em ambos grupos. Ademais, passa a exercer a capacidade de hegemonia regional, como explicada por Watson (1992), isso ocorre, pois a potência passa a ter certo poder sobre a esfera externa de decisões dos outros atores, geralmente, tem caráter de proximidade geográfica.

Ao mesmo tempo que o apoio internacional para praticar tal liderança é fundamental para o governo brasileiro, o tema da soberania, autonomia e não interferência era profundamente defendido. É indicado que “No relacionamento com os Estados Unidos, embora sem discutir a hegemonia norte-americana no sistema mundial, o governo Cardoso procurou aumentar sua liberdade de atuação, ampliando sua inserção em outros espaços” (Silva, 2012, p. 26). A busca por desvinculação dos EUA expandia às instituições interestatais, especialmente, em uma conjuntura que passava a desenvolver cada vez mais órgãos entre os países com propósitos específicos.

Podemos usar de exemplo um trecho da obra "Diários da Diplomacia 1997- 1998" de Fernando Henrique na qual ele aponta (2016, p. 606):

Conversei com Clinton sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma disputa meio burocrática entre brasileiros e americanos a respeito do uso de verbas de moeda local. Não entrei em detalhes com Clinton, mas manifestei que o melhor era cooperar nessa área.

Com o processo de globalização e de institucionalização dos mecanismos diplomáticos, econômicos e políticos, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, a projeção do poder dos Estados passa a atuar através dessas ferramentas. Nesse sentido, os atos brasileiros de participação e posicionamentos permitem expandir esses debates e expõe atitudes cooperativas e em conformidade com o sistema liberal capitalista predominante. Essas ações ajudaram a consolidar a imagem do Brasil na formação de uma Sociedade Internacional, pois facilitam a visão que percebe os assuntos internacionais como baseados em diálogos, normas e leis estabelecidas entre os Estados, regularmente estruturadas por organizações globais ou regionais.

Assim, podemos concluir que a condução da diplomacia durante a metade da década 90 e o início dos anos 2000 foi marcada por essa ambiguidade. É possível observar o Movimento dos Não Alinhados como um pano de fundo para o empoderamento do Brasil como liderança regional e a ampliação de seu escopo de influência. Simultaneamente, os laços com as potências capitalistas não enfraquecem e, inclusive, se desenvolvem com a diplomacia presidencial implementada intensamente entre Clinton e Cardoso.

Seguir esse perfil e assumir essa posição no mundo gerou muitos benefícios e vantagens para a política externa brasileira, o que é retratado pelo aumento da valorização do papel do maior país da América Latina. Como quando a Secretária de Estados dos Estados Unidos, durante o último mandato de Bill Clinton, Madeleine Albright “recebeu instruções do Clinton de que na próxima sexta-feira o G-7 e o G-8 já vão se reunir com mais quatro países: o Brasil, a Argentina, a Austrália e a Indonésia” (Cardoso, 2016, p.606). Nota-se, pois, que a adoção desse modelo de negociação pelo governo brasileiro repercutiu a seu favor e impõe certos requisitos de atuação, o que permitiu ao “Brasil ter uma participação mais ativa no mundo” (Cardoso, 2016, p.606). O uso dessa estratégia significou uma evolução para a soberania da diplomacia do país no pós Guerra Fria.

No entanto, o relacionamento entre os países liderados por Cardoso e Clinton passaram por algumas situações críticas e frágeis, como a “Tentativa da CIA [Central Intelligence Agency] de penetração, contra informações do nosso lado. Pessoas ligadas aos nossos serviços vinculadas demasiado à CIA”. (Cardoso, 2016, p. 541) Tal situação gerou uma certa instabilidade, de acordo com o general Alberto Mendes Cardoso, que foi o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República durante os dois mandatos de Fernando Henrique. Os problemas de espionagem entre os dois países viriam a repercutir mais tarde, principalmente, no governo de Dilma Rousseff (2011–2016):

Jobim [...] mandou desfazer um acordo que há entre a CIA americana e a Polícia Federal que eu não sabia que existia, nem ele nem ninguém. (...) Mais grave ainda, é que a operação do grampo do embaixador Júlio César foi feita por esse grupo (Cardoso, 2015, p.505).

As interferências estadunidenses na América Latina, principalmente depois da metade do século XX, são questões polêmicas e, muitas vezes, criticadas pelas sociedades civis e governos locais. Um dos maiores casos de conflito entre esses países era o narcotráfico, Estados latinos passaram por sanções, certificações e intercessão militar de seu vizinho norte-americano. Entretanto, essas atitudes resultaram em alguns choques de soberania nas regiões impactadas por elas, pois sobre as políticas de combate ao narcotráfico, Fernando Henrique Cardoso comenta, no início de 1996, que “Os americanos vão apertar e, como o Brasil não é apertável, reagiremos. Não se aceita imposição, mas tampouco podemos não fazer nada.” (Cardoso, 2015, p.460). Desse modo, a defesa da autonomia do Estado Brasileiro e de outros países da América Latina, ademais da integração regional, foi um fator relevante desde o início de seu governo.

Neste ponto é interessante utilizar os conceitos de Adam Watson (1992) de “hegemonia” e de “domínio” para entender a distinção do papel dos EUA e do Brasil nesse espaço. O primeiro termo, diz respeito a um agente que tem um certo poder de controlar as interações no âmbito externo dos outros. Por exemplo, o Brasil, por ser a maior potência da América do Sul, tem uma capacidade de mediar e encaminhar algumas políticas na região, é uma projeção, relativamente natural e não tem um perfil de interferência doméstica (Watson, 1992).

Entretanto, a condição estadunidense é consideravelmente diferente, trata-se de uma tentativa de domínio do cenário, ou seja, além de assuntos externos, também é capaz de interceder em políticas internas, em alguns casos afetando a soberania de outros atores. Vale ressaltar que a independência desses atores não precisa ser formalmente questionada. Então, o relacionamento dos EUA dos países com alto volume de narcotráfico poderia ser visto como problematizado, pois existia uma dinâmica de controle, em adição exigir do Brasil políticas semelhantes também é uma tentativa de domínio nas ações brasileiras. Acentua-se que os países dessa região, como a maioria dos atores do Sul Global, possuem um longo histórico de luta por independência, dessa forma, a soberania torna-se, particularmente delicada.

Assim, a legitimidade dos Estados Unidos da América passa por momentos de críticas e o interesse no Brasil é analisado por outros ângulos. Ademais, internacionalmente, muitas atitudes estadunidenses foram questionadas, especialmente, sobre as invasões militares, o que gerou a “Falta de legitimidade americana é crescente” (Cardoso, 2017, p. 139). O presidente

cita essa frase fazendo referência às atitudes do país norte americano em relação ao conflito armado em Kosovo (1998-1999). As opiniões do presidente brasileiro sobre as questões de segurança do sistema internacional nesse período “Agora é inútil, os americanos mataram o Conselho de Segurança, bombardeiam sem pedir autorização” (Cardoso, 2017, p. 138). Afirmando que as ações dos Estados Unidos tiravam a legitimidade da própria estrutura criada pelo ocidente para os momentos de crise, afirmando, inclusive, que “Ainda bem que o Brasil não lutou para estar no Conselho de Segurança” (Cardoso, 2017, p.138). Dessa maneira, é notável que em determinados momentos o posicionamento brasileiro foi contrário ao das grandes potências.

Outro momento de tensões entre as potências americanas foi durante o debate sobre a construção da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), plano lançado pelos EUA, mas rejeitado pelo Brasil, que via no projeto uma possibilidade de enfraquecimento do Mercado Comum do Sul. Salienta-se que a valorização da integração do Sul e da sua organização através de blocos como o Mercado Comum do Sul proporcionou ao Brasil uma série de políticas de investimento e comerciais, as quais fortaleceram o país para as futuras negociações com os EUA, inclusive, sobre a Alca (Albuquerque, 2006). Assim, é possível observar as naturezas diferentes das propostas americanas (Alca e Mercosul) e como o Brasil se posicionou da maneira mais favorável para os interesses do país.

Dessa forma, as negociações da Alca colocavam em lados opostos a estratégia brasileira e norte-americana e seus respectivos projetos para o subcontinente. Na realidade, constituíam duas concepções estratégicas que concorriam entre si: uma sul-americana, que visava guardar autonomia para a parte meridional do continente; e outra norte-americana, que visava integrar todo o continente, tendo os EUA como centro hegemônico, considerado essencial no contexto pós-Guerra Fria (Silva, 2012, p.26).

Como apontado por Ricupero (2021, p. 597). “No momento em que o governo brasileiro ainda considerava como prioridade absoluta a consolidação do Mercosul e sua ampliação em perspectiva sul-americana, a proposta da Alca ameaçava tornar irrelevante o processo da integração dos países meridionais”. Nesse processo, é enfatizado o perfil de liderança do Brasil no hemisfério, pois o governo nacional passou a discutir sobre o assunto com os demais governantes das nações americanas. A conversa com o presidente peruano de 1990 a 2000, Alberto Fujimori, é uma das comprovações dessa nova influência,

Falei com Fujimori, que foi me ver e com o presidente do Panamá. O panamenho, muito interessado em que o Brasil tenha uma posição mais ativa na América Central, e o Fujimori em que o Brasil assumia, palavras dele, a liderança na negociação sobre a Alca com os Estados Unidos. E, claro, os

americanos já perceberam a dificuldade da integração hemisférica, porque o Brasil está colocando a coisa nos trilhos: primeiro a integração do Cone Sul e da América do Sul” (Cardoso, 2016, p.90).

Os conflitos diplomáticos, entre as grandes nações americanas, acabaram envolvendo outros Estados, durante o processo de negociação da Alca. Envolvendo o Chile, o desejo dos EUA do Mercosul. Ricardo Lagos Weber, o negociador e economista chileno, se reuniu com o presidente Cardoso no início dos anos 2000 para conversar sobre o Mercado Comum do Sul “[...]combinamos que vai haver um avanço na questão da integração do Chile” (Cardoso, 2017, p.488). Contudo, vista a complexidade que seria implantar a Alca, a proposta do, então, Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) começa a ganhar força e no final desse mesmo ano a situação passou por um momento instável “porque nesse ínterim o Lagos tinha feito um acordo entre o Chile e os Estados Unidos para entrar no Nafta, e não nos disseram uma palavra sobre a questão” (Cardoso, 2017, p. 759). Em razão disso, é possível notar que, às vezes, existia uma certa disputa no escopo de influência.

Para esclarecer a delicadeza desse embate de influência, adiciona-se que três meses antes do ocorrido com o Chile e o Nafta, existe um momento público de reconhecimento do prestígio do Estado Brasileiro pelos EUA. Logo após a I Cúpula Sul-Americana, temos a declaração do embaixador estadunidense, Anthony Harrington, “dizendo que o Brasil ter liderança não atrapalha os Estados Unidos” (Cardoso, 2017, p. 664). Tal contradição demonstra a complexidade da evolução de uma Sociedade Internacional, em um Sistema que prioriza o poder dos Estados.

Mais um empate entre os Estados Unidos da América e o Brasil que pode ser citado para entender o jogo de poder que ocorria ocasionalmente, foi a ratificação do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Tal legislação foi aberta para os assinantes a partir de 1998, na época o Brasil estava sob o regime militar e não assinou o tratado, usando o argumento de que o documento possuía um caráter discriminatório, já que falava vagamente sobre as potências nucleares se desarmarem, mas seria impedido que outras os produzissem. só em set de 1998 (Cardoso, 2016, p. 210). Em 1996, o presidente brasileiro pondera sobre a possibilidade de uma negociação “se Cliton oferecesse cadeira no P5 a troco da assinatura do TNP” (Cardoso, 2015, p.117). Esse pensamento representa a importância da parceria entre os países para a política externa brasileira, afetando, até, o posicionamento e a ratificação de documentos internacionais. Mas tal troca nunca ocorreu, pois apesar do Brasil ratificar o acordo em 98, ele negou a cadeira no Conselho de Segurança em prol do relacionamento com o vizinho argentino,

o que demonstra algumas prioridades nacionais que ressaltam a importância da integração da região latina e do Sul Global.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, em conferência feita ontem em Lisboa, disse que o Brasil está disposto a fazer concessões de peso para não prejudicar suas boas relações com a Argentina. Entre elas, está até renunciar ao antigo projeto de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Natali, 1998).

Pode-se aplicar a teoria dos três R's de Martin Wight, para que se compreenda com maior facilidade os pilares de um cenário mundial, que adapta sua estrutura para que essa seja fundamentada no racionalismo de Grotius, ou seja, na interação entre os agentes através da diplomacia e mediadas pelas leis internacionais, Visando os ideais de solidariedade moral, em uma sociedade global de indivíduos que existe, para além das fronteiras de um Estado, do revolucionismo kantiano. No entanto, ainda era operado a partir dos princípios realistas de disputa de poder. No Sistema da época, essa nova fase de hegemonia regional do país sul-americano significava, simultaneamente, a condução diplomática para evitar conflitos na Sociedade Internacional e possíveis disputas de poder continentais.

4.3 O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUL GLOBAL

Os registros presidenciais também frisam que essa nova fase da relevância brasileira no tabuleiro internacional teve um alto impacto na diversidade de seus parceiros e o fortalecimento da confiança no Brasil para ser um porta-voz das pautas periféricas. Especialmente, aproveitando das questões regionais, como é possível observar em análises posteriores:

O que vimos na gestão FHC foi a consolidação de uma política já praticada nos governos Collor de Mello e Itamar Franco, pela qual o Mercosul seria prioritário na agenda brasileira por constituir uma proposta inédita na América do Sul e, ao mesmo tempo, ter caráter de regionalismo aberto, sem exclusão de outros parceiros (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

Nesse sentido, o fortalecimento das relações com a própria América Latina, como citado frequentemente durante suas obras, o impacto do Mercosul na região apenas crescia, causando interesse em outras nações, “Almocei com o presidente eleito da Venezuela, é o famoso Hugo

Chávez (...)veio com disposição de ajudar o Brasil, acha que a Venezuela tem que entrar no Mercosul” (Cardoso, 2016, p. 794). Desse modo, as fronteiras do Mercado Comum do Sul passaram a se expandir e interferir até nas políticas externas de países mais ao norte do Brasil.

À vista disso, passa a expandir a noção do Brasil como um influenciador não só na região, mas no Sul Global. Pois, adicionalmente à integração latina e os acordos entre blocos

econômicos locais, o Brasil passou por um período de aproximação com a Índia, a China e a África do Sul, que no futuro seriam seus parceiros no bloco econômico BRICS. Com a expansão dos aliados brasileiros as desavenças com o sistema predominante da época possuem uma proporção maior. A opinião analítica do Estado agora referenciava algumas das pautas defendidas pelos países periféricos, grupo com o qual o Brasil conseguia dialogar e se identificar em certos sentidos.

Então, grandes pilares da estrutura mundial baseada no liberalismo e no institucionalismo, que facilitaram a construção dessa nova Sociedade Internacional, altamente interligada e baseada em acordo e normas, começaram a ser debatidos na diplomacia brasileira (Bull, 2002). Em um encontro de chefes de Estado na embaixada do Brasil no Uruguai, Cardoso comenta sobre o interesse que esses demonstraram em sua opinião sobre o Sistema Internacional e, mais especificamente, sobre a região americana e a forma como a conjuntura frágil e elitizada do Sistema Internacional a afeta.

Falei em primeiro lugar sobre a questão internacional, a instabilidade financeira que tentamos mostrar ser um problema que transcende à América Latina e que se deve encarar como um defeito do sistema internacional de sustentação dos Bancos Centrais e de liquidez desse sistema.[...] Há um sentimento uníssono na América Latina (Cardoso, 2015, p. 85).

Cada vez mais instituições foram formadas pelos países do Sul Global, não só para competir por espaço e prioridade no tabuleiro global, mas essa estratégia também tinha como objetivo desenvolver as economias locais “Quanto à Cúpula das Américas, o Brasil obteve vantagens imensas. Fizemos um acordo em Buenos Aires entre Pacto Andino e Mercosul” (Cardoso, 2016, p. 549). Os novos métodos institucionais e regionais que se reforçaram durante o período são parte da construção de um mundo que permitia maior participação dos agentes periféricos.

Para a política externa brasileira a possibilidade de navegar entre os grupos de países gerou muitas vantagens, no entanto, é predominante o enfoque na América Latina, devido a proximidade geográfica, cultural e os interesses alinhados. Aliás, as organizações não eram os únicos meios de praticar esse contato e a sagacidade do Brasil para realizar tratados bilaterais deve ser destacada, pois quando os acordos entre Mercosul e o Pacto Andino como um todo “Brasil tomou a dianteira, fez acordos bilaterais com os países do andinos” (Cardoso, 2017, p. 257). Deve-se levar em consideração que as organizações podem facilitar muitas negociações, ao mesmo tempo que se mostram desafiadoras, já que se trata de um grupo de países soberanos.

Então, as expectativas em acordos e tratados econômicos entre as duas nações não cedem, mesmo em períodos de institucionalização diplomática, um exemplo seria a visita do “General Banzer, presidente da Bolívia, para falar sobre um grande contrato de fornecimento de gás” (Cardoso, 2017, p. 497). Ao mesmo tempo que as novas ferramentas e prioridades do Sistema também criavam chances de expansão da influência brasileira, como o tema ambiental, principalmente, na questão amazônica, daí o impacto do “Tratado da Cooperação Amazônica que fizemos com os chanceleres dos oito países amazônicos” (Cardoso, 2017, p. 514). Outra pauta, comum entre os países sul-americanos, que alcança importância global, e o Brasil, por questões geográficas, poderia ser um protagonista no desenvolvimento de soluções.

Adicionalmente, uma das características mais marcantes da diplomacia brasileira é a mediação em assuntos regionais, como já citado, mesmo em temáticas não diretamente relacionadas ao país. O que demonstra uma responsabilidade hegemônica sob o subcontinente.

Ainda nessa temática houve uma aproximação político-econômica entre a América Latina e a Ásia, através do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal). Ambas negociações são definidas pelo receio dos parceiros da efetivação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), que traria possíveis dificuldades no acesso ao continente americano.

Dessa forma, o Movimento dos Não-Alinhados (MNA), fundado em 1961 como alternativa para a divisão bipolar dos blocos capitalistas e socialistas, durante a Guerra Fria, era cada vez mais relevante para a política externa brasileira. Esse unia princípios e vontades de algumas comunidades asiáticas, africanas e latino-americanas. Embora, o Brasil não fosse um membro pleno do Movimento permanece como país observador e tende a se alinhar com certos interesses cada vez mais, além desse grupo corresponder a uma possibilidade de expansão diplomática e de mercado. Sobre isso, aponta “Tive dois encontros significativos. Um com [Nelson]Mandela, mais afetivo, que disse que (...) vai ao Brasil. Na verdade, o que o Mandela queria de mim é que o Brasil não largasse o Movimento dos Não Alinhados” (Cardoso, 2016, p.583). Na ocasião citada, Mandela, então presidente da África do Sul, ocupava o cargo de Secretário-Geral do Movimento, além disso se mostrava genuinamente interessado nas novas instituições sulistas, pode-se citar a presença desse na XVI Reunião de Cúpula do Mercosul, como exemplo.

Um grande ponto de entrelaçamento entre a política e os valores brasileiros e a asiáticos ocorreu no final do século XX, com a questão timorense²⁹

²⁹ O Timor-Leste, em 1975, passou por uma invasão violenta da Indonésia na tentativa de anexação da antiga colônia portuguesa. No ano de 1991, quando FHC presidia o Brasil, ocorreu em 12 de novembro o massacre no

Em seguida recebi Lampreia, que vai viajar. Ele veio conversar sobre o que está acontecendo no Timor Leste, a posição do Brasil lá. Estou um passo adiante do Itamaraty nessa matéria, tinha mandado meu porta-voz ser mais explícito no apoio ao Timor e na crítica-e mesmo na condenação-veemente do massacre que está ocorrendo no Timor. (Cardoso, 2017, p. 317)

Nessa situação, é demonstrado o posicionamento diplomático brasileiro não necessariamente ligado ao das grandes potências. Situando, assim, sua autonomia e força dentro do grupo de países periféricos, com os quais dividia princípios basilares como o de não-interferência e respeito à soberania nacional. Inclusive, nessa situação certas parcerias se fortificam, como a com Portugal, que convocou o Conselho de Segurança, e, conseqüentemente a colocação de seus membros, junto com o Brasil. (Cardoso, 2017, p.319)

Em um ponto de vista que valoriza ações bilaterais e concretas, vale ressaltar o auxílio militar brasileiro, que enviou 51 militares da Polícia do Exército Brasileiro ao Timor-Leste. (Cardoso, 2017, p.320) Nesse sentido, a coerção do Estado aumenta e é claramente independente dos interesses brasileiros das potências ocidentais, isso manifesta no Sistema Internacional, não só o poder das pautas do Sul Global, como movimentadoras de atitudes, mas da projeção brasileira. Analisar essa relação permite compreender que tais comportamentos dão força à constituição de uma Sociedade Internacional com princípios em comum que acaba, guiando as interações diplomáticas entre povos.

Assim, os contatos diplomáticos do país ampliaram, incluindo, cada vez mais, potências asiáticas, africanas e do Oriente Médio adquiriram mais relevância para as políticas externas nacionais. Mesmo que dialogando, sempre, com os Estados poderosos do globo e fazendo uso das estruturas colocadas por esses na conjuntura mundial. Seguindo esse raciocínio uma das táticas globais era adicionar novos países, que demonstravam alto potencial de desenvolvimento, nos padrões ocidentais, adicionando esses aos mecanismos institucionais vigentes.

Mais uma perspectiva, que acabou se tornando um marco da política de Fernando Henrique Cardoso, é a ideia da criação de uma Terceira Via no cenário internacional, como uma forma de classificar os líderes que se alinhavam à “Nova Esquerda”. (Cardoso, 2017, p. 151). Tal movimento causou alguns efeitos e debates que ajudaram a moldar a política brasileira, como a reunião, que ocorreu em Florença em outubro de 1999. Esse encontro reuniu presidentes e primeiros-ministros dos EUA(Bill Clinton), Alemanha (Gerhard Schröder), França (Lionel Jospin), Inglaterra (Tony Blair), Itália (Romano Prodi, então presidente da

Cemitério de Santa Cruz. (Informações verbais de autoria de Marçal de Menezes Paredes, durante a aula de Cultura e Sociedade da Ásia e Oceania do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica, em Setembro de 2023).

Comissão Europeia) e Brasil. A ideia foi proposta pelo premiê britânico como alternativa para a divisão de esquerda e direita muito propagada no pós Guerra-Fria, o que ressalta o interesse de grandes poderes em participar da construção de novas disposições de poder.

Uma das pautas, abordadas na Itália, que melhor sintetiza tais mudanças foi quando “Schröder falou da inclusão da China no grupo do G8, que achei ótima, e acrescentei: ‘E por que só a China?’”. (Cardoso, 2017, p. 382) O posicionamento brasileiro, e pessoal de Fernando Henrique, é claramente colocado no questionamento apresentado. Um dos maiores objetivos de seu governo foi dar autonomia para o Brasil ao mesmo tempo que o integrava nos padrões da ordem econômica e política estabelecida no pós Guerra Fria. O G8 representa um grupo multilateral com os chefes de Estado e de governo de nações consideradas desenvolvidas (França, Alemanha, Canadá, Itália, Japão, Rússia, EUA e Reino Unido) que adquirem alto poder decisivo sobre muitas negociações mundiais (Souza, 2023). Logo, a esperança de que mais países pudessem aderir, sobretudo, os que estavam em processo de desenvolvimento, divulgava ideais de maior abrangência e igualdade no cenário internacional, já que países com diferentes históricos e pautas poderiam intervir nas decisões.

Fica claro, nesse sentido, que a categoria de Sul Global se expandia além dos escopos estatais e considerava outros formatos de acordos diplomáticos, “Portanto, é importante reconhecer a grande variedade de atores, discursos, instituições e movimentos que participam desta categoria” (Ballestrin, 2020, p.3, tradução própria)³⁰. Seguindo esse raciocínio, os líderes de muitos grupos notaram que a junção de grupos baseados em desejos e valores similares, a criação de organizações e blocos com o intuito de projetar certas ideias e poderes se faz inevitável em um sistema liberal e institucional como o vigente pós Guerra Fria.

O outro pilar da diplomacia presidencial de Cardoso era expandir os aliados brasileiros ao redor do globo, priorizando, também, países com história, geografia, cultura, economia ou políticas semelhantes. Um dos laços reforçados nessa época foi com a África do Sul, Thabo Mbeki o presidente do país africano, nos anos 2000, disse que “é favorável também a uma reunião do Brasil com a África do Sul, a Índia, a China e a Arábia Saudita, para mostrar que existe um mundo próspero que não é o Primeiro, mas que também não é tão miserável quanto o resto do mundo” (Cardoso, 2017, p. 778). Por conseguinte, a notabilidade que esses países passaram a adquirir no século XXI era cada vez maior e a influência deles, não só em suas respectivas regiões, mas no Sistema como um todo. A estratégia de se unirem para defender os interesses em comum e projetarem mais poder faz parte do processo de institucionalização do

³⁰ “Therefore, it is important to recognize the great variety of actors, discourses, institutions, and movements that take part in this category” (Ballestrin, 2020, p.3)

Sul Global, atualmente, todos os países citados acima fazem parte do bloco econômico BRICS, que tem como proposta o desenvolvimento financeiro e a integração dos membros.

Assim, com a desintegração da União Soviética em 1991 e a possibilidade de novos espaços para os agentes globais, que surgiu com o final da configuração bipolar, se fortaleceu no fim do século XX. Esses movimentos periféricos recebiam cada vez mais importância, tanto para os países envolvidos neles quanto para Estados centrais, que tinham que reconhecer essa nova dinâmica de poder. Sendo assim, Luciana Ballestrin (2020, p.3, tradução própria) constata que “No início do século XXI, o ‘Sul Global’ foi a força mais poderosa para apresentar e reivindicar alternativas futuras à globalização neoliberal, bem como a continuidade das lutas pela descolonização”.³¹ Mostrando, também, que apesar de ser uma mobilidade de resistência, as pautas desse grupo se adaptaram à ordem vigente para reivindicar sua agenda.

Complementarmente, as colocações brasileiras sobre a China são fundamentais para que se compreenda a base atual da política externa brasileira. Nos mandatos de Fernando Henrique, os posicionamentos em favor do gigante asiático auxiliaram na consolidação deste como um parceiro para a Federação Brasileira, como é hoje (Cardoso, 2015, 2016, 2017). Com a configuração da Guerra Fria, os líderes do mundo capitalista, em especial, os Estados Unidos, se preocupavam com o desenvolvimento de países que não seguiam esse padrão. Entretanto, apesar do presidente brasileiro da época manter relações bem estabelecidas com os países ocidentais, ele não se limitou a essa posição demonstrando o parecer independente do país latino.

Economicamente, essa condução diplomática se mostrou muito favorável para ambos países ao decorrer dos anos, é colocado que “(...)na década de 1990, as economias do ‘Gigante da Ásia’ e do ‘Gigante da América do Sul’ têm se revelado extraordinariamente complementares, com o Brasil exportando minério de ferro, madeira, zinco, carne, leite, cereais e soja, enquanto a China investe em represas hidrelétricas, usinas de aço e refinarias” (Khanna, 2008, p. 213). Assim, a alternativa de desenvolverem ambas economias e, conseqüentemente, valorizarem o movimento do Sul Global, foi um sucesso. Já que, hoje em dia a China é o maior parceiro econômico do Brasil e muito disso se deve à extensão do contato entre essas nações no fim do século passado

Além de parceiros bilaterais econômicos que por consequência ascenderam a posição do Sul Global na agenda mundial, também houve uma troca de ensinamentos de evolução, para

³¹ “At the beginning of the twenty-first century, the ‘Global South’ was the most powerful force to present and claim future alternatives to neoliberal globalization, as well as the continuity of struggles on decolonization” (Ballestrin, 2020, p.3).

além do tópico financeiro. Por exemplo, a transferência de algumas tecnologias e mecanismos de desenvolvimento. “Nesses dois atores fundamentais do Segundo Mundo, o intercâmbio técnico também floresce, à margem das exigências de direitos de propriedade das corporações ocidentais e das preocupações políticas com a dupla utilização de tecnologias (...)” (Khanna, 2008, p. 213). Dessa forma, o movimento recebia ainda maior legitimidade, por melhorar diversos aspectos de ambas comunidades e, como efeito, proporcionar mais autonomia nas políticas externas, e internas, dessas nações.

Por todos os motivos expostos acima, pode-se afirmar que a condução da política externa de Fernando Henrique Cardoso priorizava três pontos principais: a autonomia, a integração e a continuidade. A autonomia faz referência aos interesses especificamente brasileiros na conjuntura mundial através de acordos bilaterais, defesa da soberania e imposição de limites nas relações com outros agentes. Já a integração significa não só a adesão em diversas instituições internacionais, mas a ampliação do escopo diplomático, sobretudo, privilegiando nações do Sul Global. Por fim, a continuidade das relações com as grandes potências e parceiros históricos do Brasil permite estratégias de desenvolvimento nacional, como investimentos externos e uma posição de negociação mais vantajosa para o país.

Contudo, o presidente também comenta sobre a falta de aderência da sociedade civil, devido às críticas internas ao alinhamento com o neoliberalismo, e a falta de consistência nos argumentos, as intervenções estatais são condenadas da mesma forma que o capitalismo. “Essa é uma dificuldade imensa que nós [que estamos no governo] temos: estamos propondo a integração do Brasil ao sistema internacional” (Cardoso, 2017, p. 107). É possível notar como a diplomacia presidencial de Fernando Henrique Cardoso ajudou a moldar o perfil brasileiro na conjuntura mundial, não apenas durante seus mandatos, pois até hoje seus traços podem ser observados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo demonstrar um pouco da institucionalização do Sul Global e a forma como esse movimento impactou na conduta política externa de Fernando Henrique Cardoso aqui no Brasil. Ressaltando, também alguns conceitos da Escola Inglesa de Relações Internacionais e como esses se aplicam ao caso citado. Concluindo que a forma como foi guiada a política externa brasileira durante esses mandatos mostra que o presidente focou em conquistar a autonomia externa do país, integração, continuidade estratégica

Através de alguns estudos produzidos dentro da Escola Inglesa de Relações Internacionais, especialmente, dos materiais de Martin Wight, Hedley Bull e Adam Watson é aplicado a questão da institucionalização dos países considerados periféricos no cenário mundial e do impacto disso na diplomacia brasileira durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso. É notado que existem traços similares na história, cultura e economia de alguns países que, com a Guerra Fria, se uniram para discutir a questão do alinhamento aos blocos capitalista ou socialista.

Um dos pontos de partida do texto é a Conferência de Bandung, um dos primeiros encontros desses Estados como uma frente unida, o posicionamento defendido era de não defender nem os EUA nem a União Soviética, mas sim criar um perfil de políticas mais independente para esses países. A proposta do projeto é justamente interligar alguns momentos históricos que representam o progresso do Sul Global no tabuleiro global com os posicionamentos em pautas internacionais do governo de Fernando Henrique. Tal associação é demonstrada e compreendida por meio de alguns dos conceitos da Escola Inglesa de Relações Internacionais, devido ao foco na estrutura mundial e nas transformações e adaptações feitas pelas nações ao decorrer da história.

Alguns desses temas trabalhados pela Escola Inglesa, podem ser, dessa forma, utilizados para uma interpretação mais abrangente do cenário mundial, pois permitem compreender a transformação do espaço internacional através das conexões entre os agentes que nele atuam. No caso estudado, esses termos e estudos foram selecionados e usados para demonstrar a importância que eles possuem na condução e interpretação das ações políticas, econômicas e sociais em âmbito global. É apontado o como e o porquê os Estados passam de um Sistema para atuar em uma dinâmica de Sociedade, as condições e os benefícios desse novo meio de comunicação entre governos e a força que as instituições recebem nesse tabuleiro altamente conectado.

Ressalta-se que um mundo mais institucionalizado e com maiores chances de alianças baseadas em valores e interesses comuns é mais convidativo para países como o Brasil, que tentam conquistar mais espaço na ordem mundial. Um dos motivos pelos quais isso ocorre é

que o escopo diplomático e os laços com outros atores moldam a projeção de poder que uma comunidade tem no sistema mundial. Outro, é que os processos que criam instituições e organizações permitem o crescimento das economias emergentes, além da ampliação dos parceiros políticos.

Ao associar tais princípios de análise com os mandatos de Fernando Henrique Cardoso e a forma com que esse guiou a política externa, e interna, do Brasil na década de 90 e no início dos anos 2000. Aquele período representava o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, da configuração bipolar, nessas circunstâncias as diplomacias passaram a se moldar na nova estrutura e o maior país da América Latina adotou um perfil que combinava a autonomia, a participação e a integração a novos grupos. Estes pilares permitiram o reforço da ideia do país como uma liderança regional, ao mesmo tempo que permanecia em contato com as grandes potências através dos padrões ocidentais e começava a participar mais fortemente do movimento de ascensão da periferia mundial.

Um das teorias usadas na construção desta monografia são a da Hegemonia, de Adam Watson, que explica a capacidade de influência de um país nas políticas externas das comunidades que o cercam. Quando aplicamos isso ao caso do Brasil de FHC é necessário apontar a hegemonia regional que esse exerce na América do Sul, principalmente, através de entidades como Mercosul, além de ser a maior economia da região. Ademais, é comentado a forma como um Sistema Internacional se transforma em uma Sociedade por meio de legislações e acordos baseados em interesses e pautas em comum, posicionamento defendido por Hugo Grotius na teoria do racionalismo, que é um dos pilares da teoria dos 3 R's de Martin Wight para a interpretação das Relações Internacionais.

Ao decorrer da pesquisa, é possível notar que o conceito de Hegemonia, usado por Adam Watson na teoria do pêndulo, que representa determinados sistemas de ordem e justiça, da Sociedade Internacional, por uma perspectiva histórica, se aplica à realidade brasileira em momentos de liderança regional. Também, distingue-se do conceito de Domínio e facilita a integração sem ferir a autonomia das soberanias ao redor desse poder central, registrando que a forma com a qual o Brasil exerceu essa influência recebeu menos resistência dos países da América do Sul do que as potências externas que tentavam intervir por meio do comércio e da presença militar.

O remanejamento do Sistema Internacional para uma Sociedade, comentado por Hedley Bull e baseado, também, em duas das correntes teóricas centrais trazidas por Martin Wight, o realismo e o racionalismo, foram fundamentais para a construção desse trabalho. Em grande parte, por apresentar um formato que permite a ascensão de grupos como o Movimento dos Não-Alinhados, mas também por aumentar a capacidade diplomática nacional. Os debates dos Acordos entre o Mercosul e a União Europeia mostram como a capacidade de institucionalizar

determinadas pautas geram elevação desses tópicos na conjuntura. Esses são alguns exemplos citados, no decorrer do texto, como fatores desse processo de transformação de um Sistema para uma Sociedade Internacional, além da institucionalização regional em si, eles representam o debate interinstitucional baseado em interesses econômicos e diplomáticos. Sendo assim, demonstrações diretas do impacto da mediação por entidades formalizadas e da própria legislação internacional, moldando as atitudes estatais e o formato de diálogo das relações internacionais.

Quando debatemos sobre a pauta do Sul Global e, até mesmo a presença mais forte do Brasil na região, o governo que mais priorizou tais tópicos na agenda diplomática foi Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. No entanto, o intuito da pesquisa é abordar como seu antecessor montou um cenário favorável para que as ações de Lula pudessem ser consolidadas mais tarde. A forma com a qual Fernando Henrique Cardoso se comporta e mantém relações com as grandes potências ao mesmo tempo que começa a abrir espaço para esse movimento coletivo, que reconhece algumas fragilidades pelas quais países periféricos ao mesmo tempo que os dá oportunidade de projetar seus interesses.

Vale ressaltar, que a maneira como a diplomacia de Cardoso é conduzida deve ser considerada de acordo com o contexto e com os recursos do Brasil na época, naquele momento a ordem capitalista marcava o Sistema Internacional e ditava muitas de suas regras. Sendo assim, a grande participação em instituições e organizações extraestatais é uma das características liberais mais marcantes na conjuntura dessa época e foi claramente aderida pelo Brasil. Também, entende-se que as potências ocidentais que partilhavam dos valores e princípios estadunidenses seguravam um grande poder econômico e político na Sociedade Mundial. Por esse motivo, a personalidade do líder brasileiro e o uso da estratégia da diplomacia presidencial tornam-se essenciais para que o país ganhe mais espaço e possa disseminar seus posicionamentos e intenções no tabuleiro global. Essas técnicas foram fundamentais para que o Brasil pudesse, cada vez mais, exercer um papel mais significativo na diplomacia mundial.

Contudo, é possível notar que muitas das vezes que o presidente brasileiro discorda dos grandes poderes da época, a sua busca pela autonomia é sua principal aspiração e não o movimento coletivo, necessariamente. É evidente que a união de países reconfigura seus interesses, e o peso deles na Sociedade Internacional, isso não seria diferente para o Brasil, a própria questão do Mercosul é fundamental para compreender a política externa desses mandatos. Sendo assim, nota-se o uso do bloco para impulsionar o comércio brasileiro e lutar por mais autonomia econômica para não criar uma situação de dependência das potências como

Estados Unidos e União Europeia, inclusive se posicionando contra a intervenção desses poderes dentro do Mercosul e do Brasil.

Por ser a maior economia da América do Sul, as atitudes nacionais ajudam, conseqüentemente, outros países que possuem uma configuração parecida. Além do mais, o Brasil participa ativamente de grupos de nações emergentes que lutam por mais espaço na política internacional, como o G20 e o próprio Movimento dos Não-Alinhados, no qual é um membro observador. A luta coletiva está presente, mas na maioria das vezes é vista como uma ferramenta para que, através da consolidação de uma Sociedade Mundial interligada e regida por normas comuns, o país possa estabelecer maior autonomia.

Assim, retrata-se várias atitudes do governo de Fernando Henrique Cardoso que criaram uma série de possibilidades, não só para a ascensão do Sul Global, mas para o próprio país sem romper com as interações nacionais com as potências ocidentais. Foram usadas as lentes da Escola Inglesa para constatar a dinâmica mundial da época e como as políticas nacionais se interseccionam com as dos demais países tanto em acordos bilaterais quanto em multilaterais.

Demonstrando que a condução realizada por Cardoso serviu como um tipo de ponte entre o centro do sistema internacional e o alinhamento com as pautas dos países periféricos, colocando o país que ele representava em uma posição privilegiada de debate e barganha. O movimento histórico do Sul Global é observado por uma perspectiva da Escola Inglesa de Relações Internacionais que explicita as transformações da conjuntura mundial e a forma como a junção de políticas e interesses em comum pode ressaltar a importância de agentes no mundo. Compreende-se que o trabalho feito pelo líder brasileiro e a relevância da política externa da década de 90 e da virada do século reflete no perfil diplomático do país até hoje.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José A. G. Prioridades regionais e multilaterais na política externa do governo Fernando Henrique. *Carta Internacional*, n. 114, p. 10, ago. 2002.

ALBUQUERQUE, José A. G. *A política externa do governo Fernando Henrique: Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Editado por José Albuquerque, Ricardo Seitenfus e Sergio Castro. Rio de Janeiro, Editora Lúmen Júris, 2006, p. 640.

BALLESTRIN, L. M. A.. *The Global South as a Political Project*. E-International Relations. 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/07/03/the-global-south-as-a-political-project/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

BERDAL, Mats. The UN Security Council:: Ineffective but Indispensable. *Survival Global Politics and Strategy*, v. 2, n. 45, p. 7-30, 14 nov 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/003963303123313434761>. Acesso em: 5 nov. 2024.

BIGG, Matthew Mpoke. O que é o G7, e por que a cúpula do grupo importa?. *O Globo*, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/13/o-que-e-o-g7-e-por-que-a-cupula-do-grupo-importa.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2024.

BRASIL. *Desarmamento e não-proliferação*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/paz-e-seguranca-internacional/desarmamento-e-nao-proliferao#:~:text=Desde%201998%2C%20o%20Brasil%20%20C3%A9,uso%20pac%20C3%A9%20da%20energia%20nuclear>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *G20 Brasil 2024*. Brasília, DF. [2024] Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/g20-brasil-2024>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL.Ministério das Relações Exteriores. *[ACE 36] Mercosul - Bolívia*. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/ace-36-mercosul-bolivia>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Mercosul – Chile (ACE 35)*. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-chile-ace-35>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil e a ONU*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/a-missao-do-brasil/a-missao-do-brasil#:~:text=O%20Brasil%20%20C3%A9%20um%20dos,desenvolvimento%20sustent%20C3%A1vel%20e%20direitos%20humanos>. Acesso em: 11 set. 2024.

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política internacional*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BULL, Hedley. International Theory: The case for a Classical Approach. *John Hopkins University Press*, Baltimore, v. 18, n. 3, p. 361-377, abr 1966. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2009761>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BUZAN, B. *An introduction to the English school of international relations: the societal approach*. Cambridge/Malden, MA: Polity, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da presidência: 1995-1996*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 931.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da presidência: 1997-1998*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 868.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da presidência: 1999-2000*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 850.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.45, n. 1, 2002, p. 5-35

COHN, Amélia. As políticas sociais no governo FHC. *Tempo Social; Revista Sociologia USP*, São Paulo, v. 11, n.2, p. 183-197, out. 1999.

DADOS, N.; CONNELL, R. The global south. *Contexts*, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DJAKARTA. Final Communiqué of the Asian-African Conference of Bandung (24 April 1955). In: ASIAN-AFRICAN CONFERENCE, 1955, Bandung, Indonesia. *Asia-Africa speak from Bandung, Indonesia, 1955*. Disponível em: http://www.cvce.eu/obj/final_communique_of_the_asian_african_conference_of_ba. Acesso em: 2 out. 2024.

FONSECA JÚNIOR, G. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

G-77. *About the Group of 77*. The Group of 77 at the United Nations. 2005. Disponível em: <https://www.g77.org/>. Acesso em: 7 nov. 2024.

GIRALDI, Renata. Peru e Equador selam acordo de paz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft27109808.htm>. Acesso em: 21 out. 2024.

HOPPE, Fernando; DA SILVA, João Vitor Miranda de Souza; BIANCO, Matheus Ibelli. Do ceticismo de Bandung à cooperação da PEI – as primeiras relações do Brasil com o Terceiro Mundo. *Revista Perspectiva*. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/download/92150/54927/0>. Acesso em: 27 mai. 2024.

IYASE, Blessing Nneka; FOLARIN, Sheriff Folami. A Critique of Veto Power System in the United Nations Security Council. *Acta Universitatis Danubius Relationes Internationales*, v. 11, n. 2, p. 104-121, 2018. Disponível em: <https://journals.univ-danubius.ro/index.php/internationalis/article/view/4116/4788>. Acesso em: 5 nov. 2024.

JUNG, João Henrique Salles; OLIVEIRA, Nythamar. Beyond international society: the world society idea from English school to critical theory. *Contexto Internacional*, v. 45, may/aug. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.20234502e20220011>. Acesso em: 21 ago. 2024.

KHANNA, Parag. *O segundo mundo: impérios e influência na nova ordem global*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

- LAMPREIA, Luiz Felipe. (2001), *Discurso de despedida e passagem de cargo de ministro das Relações Exteriores a Celso Lafer*. Brasília, 29 jan. Disponível em <http://www.radiobras.gov.br/integras/01/integra-2901-6.htm>
- LIMA, Marcelo Alves de Paula. Brazilian foreign policy from Lisbon to Bandung. *Contexto Internacional*, v. 44, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.20224403e20210072>. Acesso em: 20 set. 2024.
- LIMA, Marcelo Alves de Paula. History and engagement in the work of Bezerra de Menezes. *Contexto Internacional*, v. 42, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2019420100005>. Acesso em: 20 set. 2024.
- MALONE, David M. *The UN Security Council: from the Cold War to the 21st century*. London: Lyenne Rienner Publisher, 2004. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:24cbc482-2238-44a9-8d54-c28e3b673ee9>. Acesso em: 15 set. 2024.
- MARIN, André Soliani Denise Chrispim. Bloco não vai pedir favor à União Européia, afirma FHC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi16069927.htm>. Acesso em: 15 out. 2024.
- MARTINS, J. R. (2015). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (V), pp. 95-108. Recuperado de <https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>
- MENEZES, A. J. Bezerra de. *O Brasil e o mundo ácio-africano*. Brasília: FUNAG, 2012.
- MERCOSUL. *Objetivos do Mercosul*. MERCOSUL. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em: 7 nov. 2024.
- NATALI, João Batista. FHC admite desistir de cadeira na ONU. *Folha de São Paulo*, 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc23059817.htm>. Acesso em: 25 out. 2024.
- ODR, Observatório de Regionalismo. *G77 — Grupo dos 77*. Observatório de Regionalismo. 2023. Disponível em: <https://observatorio.repri.org/glossary/g77-grupo-dos-77/>. Acesso em: 7 nov. 2024.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. A política externa no pós-guerra fria: de Fernando Henrique a Lula. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 250-264.
- O PRESIDENTE Improvável. Diretor: Belisario Franca. Produtores: Belisario Franca, Bianca Lenti e Maurício Magalhães por Giros Elenco: Fernando Henrique Cardoso, Bill Clinton. Rio de Janeiro: Bretz Filmes, 2022. Documentário (100min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/o-presidente-improvavel/t/hynb5Nmn5m/>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- PECI, Alketa; RAMALHO, Pedro Ivo Sebba; PEREIRA, Fabíola Souza Fernandes. Institucionalizando a regulocracia: uma análise da trajetória histórica da ANVISA. *Revista do Serviço Público*, Brasília, p. 613-633, jul/set 2023. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/7644/6935>. Acesso em: 8 set. 2024.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 4, p. 119-138, 2015. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:824f38b3-f32b-4811-8401-e51cc62a73d9>. Acesso em: 20 set. 2024.

PNUD. *O PNUD e a ONU*. PNUD Brasil. (202-). Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-pnud-e-onu>. Acesso em: 5 nov. 2024.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016*. 2. ed. São Paulo: Versal Editores, 2021.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). *SciELO*. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/qMmsj7myGwszkK54T7PNDXH/#>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SAES, Décio. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Revisitando a Escola Inglesa. *SciELO*. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/GxPs3kHDTxkr6LDtF8R7yGS/?format=html#>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SIL, Rudra; KATZENSTEIN, Peter J.. Analytic Eclecticism in the Study of World Politics: Reconfiguring Problems and Mechanisms across Research Traditions. *Cambridge University Press*. 2010. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/B078D54DEFB199ADA653B7B35004EACF/S1537592710001179a.pdf/analytic-eclecticism-in-the-study-of-world-politics-reconfiguring-problems-and-mechanisms-across-research-traditions.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SILVA, André Luiz Reis. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). *Carta Internacional*, v. 7, p. 20-34, 2012. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/8/29/122>. Acesso em: 13 out. 2024.

SOARES, Pedro. País privatizou 165 empresas entre 91 e 2002. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2112200423.htm>. Acesso em: 8 set. 2024.

SOUZA, Felipe. G7, G20, G77: quantos grupos econômicos existem e para quê eles servem? *CNN Brasil*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/g7-g20-g77-quantos-grupos-economicos-existem-e-para-que-eles-servem/>. Acesso em 15 set. 2024.

UNITED NATIONS, Meetings Coverage and Press Releases (Org.). Concluding Debate on Security Council Reform, Speakers in General Assembly Urge More Representation for Developing Countries, Ending of Permanent Members' Veto Power. *UN Press*. 2022. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/ga12473.doc.htm>. Acesso em: 5 nov. 2024.

UNITED NATIONS. Member states. United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/member-states#gotoB>. [s.p.] Acesso em: 11 set. 2024.

UNITED NATIONS. *History of the United Nations*. United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/en/>. [s.p.] Acesso em: 7 nov. 2024.

UNITED NATIONS. *The UN Security Council Handbook: a user's guide to practice and procedure*. New York: Security Council Report, 2019. p. 106. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:9c189587-4f81-4ab5-880e-172e37a4acb4>. Acesso em: 15 set. 2024.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F.; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *SciELO*. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/#>. Acesso em: 3 nov. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolitics and geoculture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. A nova divisão do trabalho europeia. In: *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. 1974, v. 1. cap. 2, p. 73-163.

WATSON, Adam. *The evolution of International Society: A comparative historical analysis*. Nova York, Routledge, 1992.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 329

WIGHT, Martin. "An Anatomy of International Thought." *Review of International Studies*, 1987, v. 13, n. 3, p. 221–227. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/20079583>.

WIGHT, Martin. De systematibus civitatum. In LINKLATER, Andrew, *International Relations: Critical Concepts in Political Science*. New York, Routledge, 2000, p. 1253-1273

WIGHT, Martin. *International Theory: the three traditions*. Leicester: University Press, 1991.

WIGHT, Martin. Why is there no International Theory?. *Sage Publications*, California, 1960 p. 35-48,. Disponível em: <http://ire.sagepub.com/content/2/1/35.citation>. Acesso em: 10 jun. 2024.

